

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (MESTRADO)

CARLA FERNANDA ROSA

EXTREMISMO IDEOLÓGICO E ATIVISMO POLÍTICO DE PROTESTO NO
BRASIL

MARINGÁ – PR

2023

CARLA FERNANDA ROSA

**EXTREMISMO IDEOLÓGICO E ATIVISMO POLÍTICO DE PROTESTO NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.

MARINGÁ – PR

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R788e Rosa, Carla Fernanda
Extremismo ideológico e ativismo político de protesto / Carla Fernanda Rosa. --
Maringá, PR, 2023.
83 f.: il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais, 2023.

1. Participação Política. 2. Protesto. 3. Ideologia. 4. Política - Brasil (2014-2018). I.
Ribeiro, Ednaldo Aparecido , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais. III. Título.


CDD 23.ed. 320.5

CARLA FERNANDA ROSA


Extremismo Ideológico e Ativismo Político de Protesto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:


COMISSÃO JULGADORA

Documento assinado digitalmente
 EDNALDO APARECIDO RIBEIRO
Data: 31/08/2023 10:52:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
(Presidente)
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 EDER RODRIGO GIMENES
Data: 31/08/2023 11:08:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Documento assinado digitalmente
 LUCAS TOSHIKI ARCHANGELO OKADO
Data: 31/08/2023 10:58:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Toshiaki Archangelo Okado
Universidade Federal do Pará - UFPA

Aprovada em: 31 de agosto de 2023

Local de defesa: Bloco H-12, sala 014 da Universidade Estadual de Maringá

*Dedico aos meus avós,
Aparecida Moreira e José Rosa (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, pelo amor, incentivo e suporte a minha educação.

À Universidade Estadual de Maringá (UEM), juntamente com o corpo docente, que propiciaram meu amadurecimento acadêmico.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ednaldo Ribeiro, pelo apoio, confiança e paciência ao longo desses anos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação Araucária (FA), à Universidade Estadual de Maringá (UEM) e à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico (FADEC), que financiaram meus estudos, desde o início da graduação até aqui.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela consolidação do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

A todos que fizeram parte do meu processo de formação, obrigada.

*A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir.*

Roda Viva, Chico Buarque.

RESUMO

O debate acerca da participação política tem apontado que, nos últimos anos, as modalidades contestatórias de ação se tornaram mais frequentes. A partir disso, este estudo investiga a possível relação entre extremismo ideológico e ativismo político de protesto, em dois momentos distintos da história recente brasileira. Inspirados pela introdução do posicionamento dos eleitores norte-americanos a respeito de temas sensíveis em modelos explicativos do engajamento político (VERBA et al., 2018), testamos se, no contexto político dos anos de 2014 e 2018 no Brasil, a ideologia e as questões atitudinais e socioeconômicas afetaram os níveis de ativismo do cidadão brasileiro em protestos e manifestações públicas. O material empírico utilizado foi fornecido pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Os procedimentos de análise envolveram estatísticas descritivas e modelos bivariados, conduzidos no ambiente de programação R. Os resultados não confirmam a relevância do extremismo ideológico sobre o engajamento em protestos políticos e reafirmam o já conhecido efeito da escolaridade sobre essa modalidade em ambos os períodos analisados.

Palavras-chave: Ativismo de protesto; Extremismo ideológico; Ideologia; Participação política; Polarização.

ABSTRACT

The debate about political participation has shown that, in recent years, contestatory modalities of action have become more frequent. Based on this, this study investigates the possible relationship between ideological extremism and political protest activism, in two distinct moments of recent Brazilian history. Inspired by the introduction of the position of North American voters regarding sensitive issues in explanatory models of political engagement (VERBA et al., 2018), we tested whether, in the political context of the years 2014 and 2018 in Brazil, the ideology and issues attitudinal and socioeconomic factors affected the levels of Brazilian citizen activism in protests and public demonstrations. The empirical material used was provided by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP). The analysis procedures involved descriptive statistics and bivariate models, conducted in the R programming environment. The results do not confirm the relevance of ideological extremism on engagement in political protests and reaffirm the already known effect of schooling on this modality in both periods analyzed.

Keywords: *Ideological; Ideological extremism; Polarization; Political participation; Protest activism.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escala de Extremismo Ideológico (%)	55
Figura 2 – Participação em Protestos (%)	55
Figura 3 – Avaliação da Ideologia a partir da dispersão opinativa (%)	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre a escala de Extremismo ideológico e Participação Política Contestatória (%)	56
Tabela 2 – Relação entre a Ideologia baseada em Temas Sensíveis e Participação Política Contestatória (%)	58
Tabela 3 – Relação entre Participação Política Contestatória, Extremismo, e variáveis relacionadas aos Recursos Individuais e Coletivos (MVC)	61
Tabela 4 – Relação entre Ideologia baseada em Temas Sensíveis, Participação Política Contestatória, e variáveis relacionadas aos Recursos Individuais e Coletivos (MVC)	63
Tabela 5 – Relação entre Participação Política Contestatória, Extremismo e variáveis relacionadas a Medidas de Engajamento Subjetivo e Redes de Recrutamento (MVC)	65
Tabela 6 – Relação entre Ideologia baseada em Temas Sensíveis, Participação Política Contestatória e variáveis relacionadas a Medidas de Engajamento Subjetivo e Redes de Recrutamento (MVC)	67
Tabela 7 – Relação entre Participação Política Contestatória, Extremismo e variáveis relacionadas ao Apoio ao Sistema Democrático	68
Tabela 8 – Relação entre Ideologia baseada em Temas Sensíveis, Participação Política Contestatória e variáveis relacionadas ao Apoio ao Sistema Democrático	69
Tabela 9 – Relação entre Participação Política Contestatória, Extremismo e variáveis relacionadas ao Sentimento de Segurança	70
Tabela 10 – Relação entre Ideologia baseada em Temas Sensíveis, Participação Política Contestatória e variáveis relacionadas ao Sentimento de Segurança	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis selecionadas para avaliar a ideologia a partir da dispersão opinativa ..	47
Quadro 2 – Modelo de Voluntarismo Cívico (MVC): variáveis relacionadas aos recursos individuais e coletivos.....	48
Quadro 3 – Modelo de Voluntarismo Cívico (MVC): variáveis relacionadas a medidas de engajamento subjetivo e redes de recrutamento	50
Quadro 4 – Variáveis relacionadas ao apoio ao sistema democrático	51
Quadro 5 – Variáveis relacionadas ao sentimento de segurança	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EOP Estrutura de Oportunidade Política

EUA Estados Unidos

LAPOP *Latin American Public Opinion Project*

MDB Movimento Democrático Brasileiro

MVC Modelo de Voluntarismo Cívico

POS *Political Opportunity Structure*

PRN Partido da Reconstrução Nacional

PSB Partido Socialista Brasileiro

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

PSL Partido Social Liberal

PT Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	17
1.1 Definição de protesto político.....	18
1.2 Condicionantes contextuais e individuais do ativismo político de protesto.....	22
1.3 O extremismo político e o envolvimento em protestos	25
2 POLARIZAÇÃO POLÍTICA E IDEOLOGIA: EXPRESSÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS.....	27
2.1 O processo de polarização no contexto internacional.....	28
2.2 O processo de polarização no contexto nacional.....	34
2.3 O acirramento do confronto político e a orientação ideológica	36
2.4 Desafios para a mensuração da ideologia	40
3 METODOLOGIA	45
3.1 Descrição das variáveis e do modelo de análise.....	46
4 ATIVISMO POLÍTICO DE PROTESTO E IDEOLOGIA	54
4.1 Análise descritiva da Ideologia	54
4.2 Relações entre ativismo político de protesto, ideologia e variáveis atitudinais e sociodemográficas	60
4.3 Discussão e síntese dos resultados obtidos.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

No cenário político nacional, em 2018, são observadas diversas manifestações e protestos públicos, sendo em grande parte decorrentes dos desdobramentos das eleições presidenciais entre Jair Bolsonaro, ex-candidato do Partido Social Liberal (PSL) e Fernando Haddad do Partido dos Trabalhadores (PT). Essa conjuntura política nos faz questionar sobre quais fatores poderiam influenciar a participação para esse tipo de modalidade específica de ação.

Acreditamos que o possível processo de polarização de eleitorado, que acometeu os Estados Unidos durante as eleições presidenciais de 2016, entre Donald Trump (republicano) e Hillary Clinton (democrata), foram indícios de uma nova onda política, com tendência para o tradicionalismo e o conservadorismo, que se disseminou rapidamente pelo globo, chegando efetivamente no Brasil com a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

Em razão do contexto político divergente identificado nos EUA, Sidney Verba e seus colaboradores (2018) incorporaram em seus modelos sobre o ativismo político o autoposicionamento ideológico em conjunto com variáveis atitudinais e sociodemográficas. Seus estudos têm sido eficazes nas explicações sobre o comportamento individual, propiciando o entendimento sobre as diferentes dimensões do engajamento cívico, apontando desigualdades no ativismo em termos gerais (RIBEIRO & BORBA, 2015).

No contexto nacional, o Modelo do Voluntarismo Cívico (MVC), proposto por esses autores (1995), também se mostra significativo, especialmente quando apontado para os efeitos da desigual distribuição dos recursos precisos para a ação política (RIBEIRO & BORBA, 2015).

Baseado nesse modelo, o propósito desta pesquisa foi examinar os condicionantes da participação não convencional nos anos de 2014 e 2018 no Brasil, bem como avaliar se o extremismo ideológico foi capaz de afetar os níveis de participação do cidadão brasileiro em protestos e manifestações públicas. Esse recorte temporal foi definido com base em anos de eleições presidenciais, período em que foi possível identificar um aumento da participação política a partir do ativismo de protesto.

O ano de 2013 no país foi marcado pelas jornadas de julho, época em que um grande número de manifestações públicas ocorreu, dada a insatisfação e descontentamento com o governo. A tensão continuou no ano seguinte, com o questionamento do resultado da eleição de Dilma Rousseff (PT) pelo candidato derrotado, Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Pouco tempo depois, em 2016, Rousseff sofreu um processo

de *impeachment*, articulado pelo seu vice, Michel Temer do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que assumiu o governo até o final do mandato.

Em 2018, tivemos novamente uma eleição que dividiu a opinião pública, entre Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, na qual o primeiro saiu vitorioso. Salientamos que, no decorrer de todo esse processo, a participação política continuou se mostrando latente entre os indivíduos, deixando nítida que a avaliação sobre os condicionantes do ativismo de protesto, nos anos de 2014 e 2018, é necessária.

Esta dissertação foi dividida em quatro capítulos. No capítulo um, observamos que fatores socioeconômicos influenciam na ação política particular, em específico nas atividades não convencionais de participação. Na primeira seção, apontamos como a definição de participação política passou a incorporar o protesto como uma de suas modalidades de ação. Na segunda seção, demos ênfase aos condicionantes contextuais e individuais do ativismo político de protesto, apontando que fatores conjunturais relacionados à condição econômica e ao sistema político podem influenciar no engajamento cívico. Na terceira seção, realizamos uma breve revisão sobre os estudos que abordam o tema relativo ao extremismo, para verificar quais são as análises e pontos de concordância sobre essa temática.

No segundo capítulo, demos atenção aos conceitos relacionados à polarização política e a orientação ideológica, definições essenciais para o estudo, enfatizando tanto expressões individuais quanto coletivas. Na primeira e na segunda seção, abordamos o processo de polarização política, em primeiro momento, avaliando o cenário norte-americano e, em segundo momento, o cenário nacional, identificando os pesquisadores pioneiros sobre a temática e apontando semelhanças teóricas, bem como contraposições entre eles. Na terceira seção, debruçamo-nos sobre o sistema político brasileiro, expondo as especificidades da política nacional e suas influências sobre a orientação ideológica. Na quarta seção, atemo-nos aos desafios metodológicos de mensuração da ideologia encontrados pela literatura, indicando quais os métodos de análise, seus resultados e possível eficácia para dar base a nossa pesquisa empírica.

No terceiro capítulo, apresentamos as informações referentes à metodologia selecionada para a realização deste trabalho, identificando nossas variáveis de escolha e apontando a recodificação definida para elas, bem como os modelos de análise estatística propostos. O material empírico utilizado provém do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), cuja coleta selecionada para análise foi dos anos de 2014 e 2018 no Brasil. A metodologia envolve o uso de técnicas estatísticas descritivas e bivariadas, conduzidas no ambiente de programação R.

Por fim, no quarto capítulo, apresentamos os resultados obtidos a partir das avaliações empíricas. Na primeira seção, mensuramos de formas distintas o preditor principal, ideologia, avaliando tanto o autopoicionamento ideológico, na escala entre esquerda e direita, quanto na dispersão opinativa sobre temas sensíveis. Na segunda seção são apresentados os testes de regressão logística binária relativos ao ativismo político de protesto, em conjunto das definições de ideologia e das variáveis atitudinais e sociodemográficas. Na terceira seção, sintetizamos os resultados obtidos e discutimos as relações observadas em diálogo com a literatura anteriormente analisada.

O objetivo deste trabalho foi avaliar se, no contexto político dos anos de 2014 e 2018 no Brasil, a ideologia e as questões atitudinais e socioeconômicas afetaram os níveis de ativismo do cidadão brasileiro em protestos e manifestações públicas. A partir disso, identificamos que não houve um processo de polarização ideológica no país entre os anos de 2014 e 2018, bem como a ideologia não foi um fator explicativo para o aumento dos protestos públicos nesse período. Todavia, apontamos que em todos os modelos propostos identificamos que indivíduos com acesso à educação têm mais chances de participarem da política a partir de modalidades contestatórias de ação.

1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A participação contestatória, bem como às motivações que levam os indivíduos a se envolverem nessa modalidade de ação, vem se mostrando relevante nos estudos de diversos pesquisadores. Como forma de contribuir com esse debate, vamos verificar quais fatores socioeconômicos e atitudinais poderiam influenciar na ação política particular, em específico vinculadas a atividades não convencionais de participação. A partir disso, vamos explorar a literatura que analisa os conceitos da participação política, com o objetivo de definir o que ela significa.

Sidney Verba e Norman Nie (1972), em *Participation in America: Political democracy and social equality*, afirmam que as atitudes individuais que visam eleger candidatos a cargos públicos ou ações e comportamentos associados à política podem ser caracterizadas como participação. De acordo com os autores, as forças socioeconômicas, juntamente com a consciência de grupo e a filiação partidária, podem influenciar na participação política, abrangendo o voto eleitoral, a participação em campanhas e o contato com representantes, que por sua vez irão influenciar o Estado.

Compreendemos que a participação política se associa a atitudes individuais que visam influir sobre processos políticos. Lester Milbrath (1965), em *Political Participation: how and why do people get involved in politics?*, afirma que a participação pode se apresentar de inúmeras formas, como: voto eleitoral, identificação partidária, participação em campanhas, reuniões políticas ou assembleias, entre outras modalidades participativas dentro da esfera pública, sendo essas ações vinculadas ao que se pode chamar de “participação convencional”, que seriam formas mais “socialmente aceitas” da participação política (RIBEIRO & BORBA, 2015).

Pippa Norris (2007), em *Political activism: new challenges, new opportunities*, expõe que, na maioria das democracias, o voto eleitoral era o método mais válido de avaliar a participação política em nível individual. Entretanto, novos tipos de ações começaram a se mostrar relevantes, como o ativismo político de protesto.

Como maneira de classificar a participação política, segundo Ednaldo Ribeiro e Julian Borba (2015), consideramos neste trabalho a participação convencional como aquela que se dá a partir do envolvimento e da presença dos cidadãos no processo eleitoral; e participação contestatória ou não convencional com base em protestos, estando associada a ocupações, boicotes, passeatas, manifestações e afins.

Entre as teorias que analisam o engajamento e a participação, temos o Modelo do Voluntarismo Cívico (MVC), de Sidney Verba, Kay Schlozman e Henry Brady (1995), na obra *Voice and Equality: civic voluntarism in American politics*. Os pesquisadores apontaram, a partir de estudos comparativos, a relação entre engajamento político - tanto convencional quanto contestatório - e recursos individuais e conjuntos, como: dinheiro, pertencimento a redes associativas, tempo e habilidades.

Esses estudiosos entendem o ativismo como o envolvimento dos cidadãos em redes sociais e de recrutamento, disposição psicológica favorável, recursos materiais e cognitivos e mais recentemente agregaram em seus modelos a variável ideologia. Suas pesquisas se mostram eficientes nas explicações relativas ao ativismo em nível individual, assegurando a compreensão sobre as distintas dimensões de engajamento cívico e identificando grandes desigualdades no ativismo em termos globais, sendo que, no Brasil, o MVC também tem se mostrado relevante, essencialmente quando se refere aos efeitos da distribuição desigual de recursos necessários para a ação política.

No cenário político nacional dos últimos anos, diversas atitudes associadas ao protesto público se mostraram latentes, como manifestações de rua, passeatas, boicotes, entre outros; nesta análise, voltamos a atenção de forma particular para a participação contestatória, visando a investigação a respeito do ativismo político de protesto; também temos como hipótese que variáveis sociodemográficas relacionadas ao MVC podem apresentar significância quando comparadas a participação política, bem como o protesto público.

Neste capítulo, em primeiro momento, indicaremos como a designação de participação política passou a incluir o ativismo de protesto como uma de suas modalidades de atuação. Em seguida, daremos enfoque aos condicionantes contextuais e individuais do ativismo político de protesto, dando ênfase à estrutura de oportunidade política e, por último, analisaremos os possíveis efeitos do extremismo ideológico vinculado ao envolvimento individual em protestos públicos.

1.1 Definição de protesto político

Nesta seção, objetivamos inicialmente apontar como a definição de participação política passou a incorporar o protesto como uma de suas modalidades de ação. Começamos a discussão abordando os conceitos de cidadania engajada e posteriormente centramos a atenção na teoria de desigualdade da voz política.

O conceito de cidadão engajado se refere ao indivíduo que age de acordo com seus próprios princípios e interesses públicos, ele é politicamente autônomo, ativo e crítico às instituições (DALTON; SICKLE; WELDON, 2009). A cidadania engajada, por sua vez, é capaz de influenciar a administração pública, fazendo uso de ações diretas de participação, que consequentemente aumentam a coação sobre as elites políticas governamentais (DALTON, 2006).

Para Russell Dalton, Alix Van Sickle e Steven Weldon (2009), os cidadãos estariam mais inclinados para a cidadania engajada, porque não seria viável aguardar eleições presidenciais de quatro em quatro anos para expressar a insatisfação ou descontentamento com a política nacional. Assim, o exercício da cidadania crítica, vinculada a utilização do protesto público, não seria o afastamento da população em relação ao sistema democrático, mas a busca por direitos.

Conceituando o protesto político, Karl Opp (2009) parte de uma análise em nível micro, apontando que um indivíduo que faz parte de um conjunto social, que constitui um vínculo de amizade com os demais sujeitos e possui recursos, poderia recrutar outros indivíduos para participarem da política a partir de formas não convencionais de ação. Ele afirma que o ativismo de protesto deve ser caracterizado como um ato coletivo e não individual, sendo um comportamento que advém espontaneamente.

De acordo com o autor, os indivíduos que protestam objetivam algo da esfera pública e podem mostrar insatisfação a respeito de alguma atitude ou decisão política do governo vigente, ele salienta também que é difícil o cidadão por si só alcançar suas metas, o que pode acarretar na união espontânea entre os indivíduos desapontados com a política (OPP, 2009).

Assim como Opp (2009), Ribeiro e Borba (2015), neste trabalho, consideramos o protesto como um ato coletivo entre indivíduos insatisfeitos em relação à política, que visam atingir seus intuitos, incidindo sobre as decisões de outros atores políticos, a partir de passeatas, manifestações, petições, abaixo-assinados, boicotes, bloqueios de vias públicas e ocupações, exemplos de modalidades contestatórias de ação (RIBEIRO & BORBA, 2010; 2015).

Em “*The resource, structural, and cultural bases of protest*”, Dalton e Sickle (2005) avaliam as bases do protesto político e afirmam que esse tipo de ativismo é um fenômeno em crescente desenvolvimento nas democracias industriais avançadas e que está se dissipando ao redor do globo. A partir de seus estudos, percebemos que há duas teorias distintas presentes na literatura relativa a protestos, a primeira é a teoria da queixa, que afirma que a insatisfação popular é o que impulsiona o protesto; a segunda é a teoria dos recursos, que alega que um

ambiente financeiramente adequado propicia um contexto em que grupos contestatórios possam crescer e estimular ainda mais o ativismo (DALTON; SICKLE, 2005).

A teoria da queixa avalia o protesto como um desenlace dos conflitos sociais e das queixas individuais pendentes (DALTON; SICKLE, 2005). Ted Robert Gurr (1968), afirma que, quando os indivíduos se veem com menos recursos do que necessitam, eles experienciam um sentimento de “privação relativa”, o que resulta na queixa e no descontentamento com a esfera pública. O autor aponta diversas condições sociais que podem levar a sensação de privação, sendo a inflação, PIB e escassez econômica. Sua avaliação empírica se relacionou positivamente com o protesto, definido por manifestações, greves, motins e afins. Em síntese, nessa teoria, a situação financeira desfavorável, em conjunto com a insatisfação e o descontentamento, estaria dando suporte para modalidades contestatórias de ação (GURR, 1968; DALTON; SICKLE, 2005).

Em contrapartida, a teoria dos recursos baseia-se na afirmativa de que o desenvolvimento socioeconômico de um país fomenta o acesso à educação, urbanização e melhoria na mobilidade social, e que também intensifica os recursos individuais e a participação política, sendo fatores fundamentais para o ativismo de protesto (BARNES; KAASE, 1981; INGLEHART, 1990). A literatura indica que há um relacionamento positivo entre recursos individuais e modalidades contenciosas de ação (NORRIS, 2002; INGLEHART; CATTERBERG, 2002, DALTON; SICKLE, 2005).

É notável que em ambas as teorias, as condições econômicas são fundamentais, mas medidas de formas distintas. Os estudos podem avaliar tanto a riqueza nacional, quanto modificações nas condições financeiras, já outros podem medir as condições de desigualdade ou então selecionar outra variável dependente (DALTON; SICKLE, 2005).

Em diálogo, Ronald Inglehart (1990) aponta que a qualidade de vida, a auto realização e o questionamento da autoridade fazem parte da cultura pós-materialista e que podem, inclusive, aumentar os índices de protesto político.

Em consonância com a literatura que aborda esse tema, acreditamos que as modificações econômicas e sociais influenciam nas orientações individuais, e podem estimular ou reduzir o ativismo político de protesto, sendo variáveis associadas a recursos individuais e desapontamento com o governo, fundamentais para avaliar ações contestatórias. Todavia, vale salientar que essa conjuntura só se daria em democracias consolidadas, no caso do Brasil com a democracia relativamente jovem, isso poderia ocasionar instabilidade política (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015).

Trazendo para a análise o Modelo de Voluntarismo Cívico (MVC), Brady, Schlozman e Verba (1995) partem da afirmativa de que existe uma desigualdade na voz política entre os indivíduos de distintas camadas sociais, e que isso influencia diretamente na participação política dos cidadãos e conseqüentemente nas organizações representativas. Os autores identificaram que essa assimetria advém tanto de recursos individuais quanto coletivos, mostrando ser um problema na estrutura social, sendo os seguintes recursos: dinheiro, tempo, habilidades cívicas, pertencimento a redes associativas e engajamento político.

A pesquisa aponta que determinados grupos possuem mais voz política em detrimento de outros, e que essa disparidade acarreta em uma desigualdade na obtenção de recursos essenciais, como o acesso à educação por exemplo, sendo a desigualdade da voz política baseada quase que integralmente em aspectos econômicos e de renda. Esses fatores influenciam sobre os níveis de participação pública, mas não de forma exclusiva, visto que os cidadãos também participam da política guiando-se por opiniões de amigos, líderes religiosos, mídias sociais, vizinhos e afins (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995).

Os autores afirmam que conforme a desigualdade econômica aumenta, a participação política dos indivíduos diminui, logo a associação entre educação e renda acaba por refletir negativamente nos níveis de participação do cidadão comum. Entretanto, a participação das elites continua a se manter prevaletentes nos trâmites da organização pública, isso mostra que os meios financeiros são extremamente significativos na tomada de decisões dentro do espaço político e que conseqüentemente garantem com mais facilidade a manutenção do poder das classes mais abastadas (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995).

As categorias de envolvimento cívico podem então ser definidas pela estratificação das classes sociais, dessa forma, o modelo desenvolvido por Verba e seus colaboradores (1995) está intimamente relacionado ao status socioeconômico e aos níveis educacionais que atuam como os principais fatores de motivação do engajamento (NORRIS, 2007).

Outro fator relevante mostrado pela literatura é que os efeitos valorativos são distintos em seus variados contextos políticos, sociais e econômicos. Os indivíduos residentes nos países democráticos com índices superiores de desenvolvimento econômico possuem mais chances de se envolverem em atos de protesto do que os indivíduos que moram em nações de regimes fechados e com baixos índices de desenvolvimento, e caso ambas nações possuam os mesmos níveis de recursos, os sujeitos que estão inseridos em governos fechados tendem a possuir baixa participação política (RIBEIRO & BORBA, 2015).

Para os autores, o protesto é um fenômeno capaz de aumentar o repertório de um ato político individual, garantindo mais oportunidades de ação, e o aumento da participação seria

benéfico ao sistema democrático. Por outro lado, o protesto praticado apenas por aqueles com melhores condições socioeconômicas significaria prejuízo a democracia, uma vez que não garante o acesso à participação de forma ampla, assegurando a voz política apenas de quem já possui poder social e econômico, ao invés de auxiliar na voz política dos indivíduos marginalizados, mostrando-se um fenômeno bem enigmático na sociedade (DALTON; SICKLE, 2005).

Conforme Ribeiro e Borba (2015), os países da América Latina se encontram em desenvolvimento, mas ainda possuem grandes índices de desigualdade social, tendo em vista que os efeitos das modificações pós-materialistas não abrangem toda a população. No Brasil dos dias atuais, é nítida a prevalência da desigualdade, sem deixar de lado que o nível de insatisfação com o governo ainda é um fenômeno que se mostra latente.

Compreendemos que as funções da atividade política só podem ser atingidas se a participação for amplamente acessível e alcançada por toda a população (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995), assim como exposto, o cenário brasileiro possui diversas limitações, como: desigualdade social, falta de recursos e acesso à educação, também podemos citar a falta de interesse por política e a forma duvidosa com que os indivíduos se informam sobre os processos políticos públicos.

De todo modo, acreditamos que o ativismo de protesto possui diversos atributos, capazes de tornar os indivíduos melhores, fortalecendo-os e incentivando o interesse por pautas políticas e sociais, que tendem a estimular a tolerância e a confiança interpessoal, juntamente com a interação entre governo e sociedade, promovendo resultados mais legítimos (NORRIS, 2007).

Consideramos que a participação ativa dos indivíduos na política é essencial para a busca ou manutenção dos direitos, bem como para o governo solucionar os problemas e conflitos sociais. No próximo capítulo, nos aprofundaremos sobre as especificidades do contexto nacional em relação à oportunidade política, participação e ativismo, visto que questões relacionadas a desigualdade da voz política se mostram bem mais complexas por aqui.

1.2 Condicionantes contextuais e individuais do ativismo político de protesto

Nesta seção, damos ênfase aos condicionantes contextuais e individuais do ativismo político de protesto, apontando que fatores conjunturais relacionados à condição econômica e ao sistema político podem influenciar no engajamento cívico. Voltamos nossa atenção para os seguintes conceitos: teoria do desenvolvimento humano; teoria da emancipação e, por fim, a teoria da estrutura de oportunidade política.

Em relação aos recursos individuais, Inglehart e Welzel (2005), em “*Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence*”, apontam que os valores e as crenças individuais estão se modificando, de forma que podem incidir sobre comportamentos e atitudes políticas. Para os pesquisadores, o processo de modernização faz parte do desenvolvimento humano, sendo os aspectos socioeconômicos fatores essenciais para essa reorientação valorativa.

De acordo com a teoria da modernização, as mudanças tecnológicas resultaram em um aumento dos níveis educacionais, de renda e produtividade do trabalho, o que alterou as condições sociais entre os indivíduos e, conseqüentemente, ampliaram o engajamento cívico. A reorientação cultural é capaz de modificar crenças religiosas, taxas de fertilidade, papéis de gênero, normas sexuais e, para além disso, gerar um comportamento mais responsivo das elites políticas governamentais (INGLEHART; WELZEL, 2005).

Em outro estudo, Welzel (2013) avalia os valores emancipatórios, que seriam pautados pela busca individual da autonomia e emancipação. Para o autor, indivíduos com melhores condições socioeconômicas possuem mais valores libertários em detrimento a outros. Esse perfil de sujeito livre tenderia a ser formado por jovens, de ambientes urbanos, conectados com a tecnologia e mais escolarizados.

Os valores emancipatórios seriam a fonte de inspiração do empoderamento humano, surgindo a partir de uma reação psicológica ao acesso a recursos individuais, que poderiam acarretar, inclusive, na busca por direitos de minorias, bem como afetar os índices de participação política (WELZEL, 2013).

Outra teoria relevante para a análise dos condicionantes do engajamento cívico é a *Political Opportunity Structure* (POS). Dalton e Sickle (2005) alegam que as instituições públicas podem afetar o comportamento político, em específico para formas contestatórias de ação. Para os autores, esse tipo de ativismo é mais comum quando os indivíduos não possuem acesso aos canais institucionalizados de influência política.

A Estrutura de Oportunidade Política (EOP) influi diretamente sobre a mobilização dos grupos e pode ser caracterizada como um fato ou acontecimento que afeta o agir ou não agir dos indivíduos em relação à política, isto é, a EOP pode tanto encorajar quanto desencorajar a ação pública (RENNÓ, 2003). Compreendemos a EOP a partir da estrutura social e da relação entre grupos dominantes e dominados, visto que, com base nela, os indivíduos reivindicam seus direitos e podem utilizar de movimentos sociais como forma de participação ativa na política.

Dalton (2021) afirma que nas democracias os indivíduos estão se direcionando cada vez mais para o ativismo político de protesto. As pesquisas identificam que grupos mais ativos politicamente estão associados a governos que possuem um bom desempenho, fazendo com que as modalidades contestatórias de participação se configurem com mais facilidade (RENNÓ, 2003).

Considera-se que a EOP pode variar de acordo com seu contexto social, se o sistema político do país em questão for mais aberto e responsivo, o protesto tende a ocorrer de maneira fluida e sem repressão. Todavia, se o sistema político for mais fechado e hostil, o protesto pode ser restringido pelo próprio governo (SILVA, 2020).

O Estado é fundamental para a EOP, visto que influencia diretamente na ação coletiva. Estados com regimes representativos asseguram a existência de movimentos sociais, enquanto que Estados autoritários coíbem a participação, ao mesmo tempo que podem aumentar as ações de protesto contra si próprios devido à repressão (TARROW, 2009; SILVA, 2020).

Compreende-se que os movimentos sociais também são capazes de ameaçar as elites políticas governamentais e, a partir disso, estão propensos a sofrer coerções e represálias pelo Estado. A repressão pode tanto debilitar a ação coletiva como subir os custos da organização e da mobilização. Essa situação é bem complexa, tendo em vista que a baixa participação política dos indivíduos em movimentos sociais acarretaria na não representação de grupos (TARROW, 2009).

Para Sidney Tarrow (2009), o confronto político está diretamente relacionado à oportunidade de ação coletiva, que surge a partir do aumento das condições de mobilização política. Para o autor, os movimentos sociais agrupam indivíduos, formam coalizões e propõem medidas de confronto aos seus opositores. Os movimentos sociais podem deixar visível a soberania da opinião pública, bem como influenciar nas eleições políticas (TARROW & MCADAM, 2011). O empoderamento dos civis está relacionado à formação de reuniões e associações populares, que buscam objetivos em comum da administração pública (TILLY, 2010).

Considera-se que em democracias industriais avançadas, com elevados níveis de desenvolvimento socioeconômico, as condições para o ativismo de protesto sejam maiores, como: renda, estrutura de oportunidade política e forte abrangência de valores pós-materialistas. Entretanto, em jovens democracias, como a brasileira, com altos índices de desigualdade social, os efeitos da modificação cultural pós-materialista podem não atingir toda a população (RIBEIRO & BORBA, 2015) e incidir negativamente sobre a participação.

Essas condições fazem com que haja maior complexidade para averiguar o contexto brasileiro, entretanto acreditamos que o uso de variáveis associadas a EOP se mostra necessário para avaliar o ativismo em nível individual.

Neste estudo, consideramos as três teorias relevantes para a análise, uma vez que a teoria da emancipação (WELZEL, 2013) e a teoria do empoderamento humano (INGLEHART; WELZEL, 2005) apontam as condições socioeconômicas como essenciais para avaliar o envolvimento individual na política, bem como em ações de protestos; e a teoria da Estrutura de Oportunidade Política (TARROW, 2009), por sua vez, indica que a participação ativa em movimentos sociais é relevante para análise empírica.

Desse modo, envolto nas três teorias, selecionamos variáveis associadas a renda, escolaridade, avaliação sobre a política, satisfação com o governo, sentimento de segurança, apoio ao sistema democrático, bem como participação ativa em organizações e associações, pois acreditamos que se mostram fundamentais para analisar os condicionantes do ativismo político de protesto.

1.3 O extremismo político e o envolvimento em protestos

Acredita-se que uma variável cultural final, que poderia ser utilizada para avaliar o protesto, seria a distribuição das orientações ideológicas e o extremismo político (DALTON; SICKLE, 2005), uma vez que a literatura aponta que o extremismo de esquerda ou de direita poderia estar encorajando o protesto público. Nesta seção, realizamos uma breve revisão sobre os estudos que abordam o tema relativo ao extremismo, para verificar quais são suas análises e pontos de concordância sobre essa temática.

Em relação ao ativismo político de protesto em vínculo com a polarização do eleitorado, os estudos recentes de Brady, Schlozman e Verba (2018), nos EUA, sugerem um efeito do extremismo ideológico sobre a probabilidade de adoção de comportamentos politicamente ativos entre os norte-americanos. Acredita-se que a polarização política em questão possa ter gerado modificações na participação política individual. Os autores incluíram em seu estudo a variável relativa ao extremismo ideológico como um preditor do envolvimento político em distintas formas de participação, e seus resultados apontaram ainda para decorrências do efeito do extremismo sobre a representação.

A partir desse estudo, é possível a compreensão de que os indivíduos que se encontram nos extremos ideológicos tendem a participar da política de maneira mais ativa, utilizando formas contestatórias de ação, podendo o extremismo ser considerado um dos fatores

explicativos que podem preponderar sobre o ativismo político de protesto (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 2018).

Avaliando o mesmo tema, Nathaniel Birkhead e Marjorie Hershey (2019) apontam que distintos aspectos da atividade política são capazes de envolver diferentes tipos de indivíduos. Do mesmo modo, eles evidenciam que o extremismo ideológico estaria mais intimamente vinculado a determinadas formas de participação política em detrimento de outras, salientando que se associaria especificamente a formas ativas de atuação, isto é, seus resultados indicam que os extremistas, no ponto de vista ideológico, são mais engajados na participação política do que os indivíduos moderados.

Em consonância, Tuuli-Marja Kleiner (2020) avalia se a polarização ideológica poderia incentivar os cidadãos a participarem mais da política, tanto a partir do voto eleitoral quanto da participação não convencional; seguindo a teoria da privação relativa, ele alega que, em um cenário de polarização ideológica, os indivíduos se sentiriam ameaçados, o que poderia aumentar as chances de participação ativa.

Dalton e Sickle (2005), por sua vez, observam em suas correlações de painel que o protesto é um fenômeno mais habitual em sociedades com baixa quantidade de extremistas, sendo mais dissipado em conjunturas políticas que atendem às demandas dos indivíduos, assim um número alto de protestos não indicaria necessariamente a instabilidade política, mas sim indícios de uma democracia saudável.

Estudos que relacionam a participação contestatória à orientação ideológica individual possuem a hipótese de que os cidadãos identificados com a esquerda no espectro político são os mais ativos politicamente, e tendem a se envolver mais em protestos públicos, bem como apoiam mudanças sociais (POWELL, 1982; DALTON; SICKLE, 2005).

Avaliando o mesmo tema no Brasil, a pesquisa de Ribeiro e Borba (2015) confirma as evidências a respeito de que variáveis em nível individual corroboram com a hipótese de que o apoio ao protesto é um comportamento que se associa aos sujeitos identificados com a esquerda no *continuum* político (POWELL, 1982; DALTON & SICKLE, 2005; RIBEIRO & BORBA, 2015; 2020).

A partir das perspectivas dos autores estudados, criamos duas hipóteses distintas, a primeira de que a atividade política vinculada ao protesto estaria associada aos simpatizantes da esquerda no espectro político e sua ocorrência seria mais percebida em regimes abertos, em que as democracias sejam mais bem avaliadas (POWELL, 1982; DALTON & SICKLE, 2005; RIBEIRO & BORBA, 2015). A segunda hipótese baseia-se na ideia de que, em contextos democráticos subdesenvolvidos, os recursos individuais estejam impactando na participação

em protestos, independente da ideologia, sendo que o conservadorismo crescente estaria levando a direita às ruas, ainda que a literatura vigente destaque historicamente a esquerda como a mais participativa (NORRIS & INGLEHART, 2018).

Baseado na teoria de que a polarização política e ideológica gerou modificações na participação política convencional (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 2018), no próximo capítulo abordaremos essa temática.

2 POLARIZAÇÃO POLÍTICA E IDEOLOGIA: EXPRESSÕES INDIVIDUAIS E COLETIVAS

Este capítulo tem por objetivo introduzir alguns conceitos que serão habituais no desenrolar deste estudo, como “polarização” e “ideologia”. André Borges e Robert Vidigal (2018), em *“Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras”*, afirmam que a polarização de massas é um fenômeno que tende a estar vinculado às proeminentes distinções de posicionamentos e ideologias entre os indivíduos.

Pode-se entender que a polarização é um fenômeno que está relacionado às identidades partidárias, juntamente com o sentimento de aversão e com as distinções opinativas e ideológicas entre os eleitores identificados com os partidos políticos, sendo associada também ao sentimento partidário negativo (MEDEIROS & NOEL, 2014).

Conforme os sujeitos assemelham seus ideais e preferências políticas, eles tendem a se integrar em grupos, com objetivo de atingir seus interesses na esfera pública, todavia, ao mesmo tempo que se destacam as semelhanças, as distinções entre grupos adversários também ficam nítidas, assim as identidades sociais não são constituídas apenas pelo sentimento de afeição, mas também de aversão entre os indivíduos (LUPU, 2013).

O conceito de polarização é amplo, podendo ser de eleitorado (massas), afetivo, ideológico, entre outros; a polarização de massas diz respeito ao afastamento do eleitorado e pode se relacionar com o apoio ou a aversão popular a determinados partidos políticos ou figuras públicas (BORGES & VIDIGAL, 2018). A polarização afetiva tem a ver com grupos que não possuem necessariamente partidos políticos como referência, sendo então o “gostar” ou não de um grupo em detrimento de outro (HOBOLT, LEEPER & TILLEY, 2021).

Entretanto, neste estudo, o que nos interessa é a polarização ideológica, que pode ocorrer a partir do aumento da distância ideológica entre os grupos (ABRAMOWITZ, 2010), sendo caracterizada pela distinção opinativa entre os sujeitos sobre temas políticos e sociais que

podem ser vistos como contrastantes na atualidade, sendo a polarização política, a partir dessa perspectiva, também relacionada ao sentimento de antipatia entre os indivíduos, tendo em vista que grupos compostos por cidadãos que defendem posicionamentos ideológicos de direita tendem a rejeitar os grupos que defendem posicionamentos de esquerda e vice e versa (MEDEIROS & NOEL, 2014).

Nesta análise, vamos considerar que a polarização se dá a partir do afastamento entre os polos (esquerda-direita), ocorrendo quando a opinião pública se divide em relação a temas políticos e sociais fundamentais. Concebemos o processo de polarização como um fenômeno coletivo, e o viés ideológico como uma expressão individual, baseando-nos na premissa de que o processo de polarização influencie em nível individual e, ao mesmo tempo, seja influenciado por ele.

Em 2014, foram observados indícios de polarização nas eleições presidenciais entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), o cenário foi marcado pela morte de Eduardo Campos do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e por uma porcentagem de votos acirrada entre os candidatos. Nesse período, foi identificado o aumento da participação política de indivíduos identificados com a direita no espectro político a partir das mídias sociais, juntamente com manifestações públicas e de um processo de radicalização intenso e latente entre eles (BRUGNADO & CHAIA, 2015).

Partindo para o ano de 2016, no Brasil, houve diversas manifestações que buscaram influenciar tanto de forma positiva quanto negativa o processo de *impeachment*¹ da ex-presidenta Dilma Rousseff. Esses atos foram claras expressões do processo de acirramento do confronto ideológico, tornando a escalada da polarização evidente nos meses posteriores e mostrando-se intensa no contexto das eleições presidenciais de 2018, e bastante notórias nos dias atuais (RIBEIRO & FUKS, 2020). Esse contexto divisório é a causa do debate sobre a polarização ideológica neste estudo.

Este capítulo abordará inicialmente as pesquisas que se debruçam sobre o processo de polarização, tanto no contexto internacional como nacional, explorando a literatura sobre a temática de pesquisa, posteriormente daremos ênfase ao acirramento do confronto político e a orientação ideológica e por fim, traremos quais são os desafios apontados pela literatura para realizar a mensuração do extremismo ideológico.

2.1 O processo de polarização no contexto internacional

¹ O processo de impeachment refere-se ao impedimento do exercício do poder, é a destituição de um cargo.

As primeiras análises sobre a polarização surgiram no cenário norte-americano, com diversos autores se debruçando sobre o tema. Esta seção tem por objetivo discorrer sobre as distintas perspectivas entre os pioneiros do estudo, mostrando semelhanças opinativas, bem como contraposições entre eles. Acreditamos que as pesquisas primárias são relevantes para embasar a parte teórica e metodológica de nossa análise, e por isso serão desenvolvidas brevemente aqui.

Pode-se observar que os estudos relativos à polarização com o público obtêm conclusões bastante heterogêneas entre os pesquisadores. Abramowitz e Saunders (1998), em “*Ideological realignment in the US electorate*”, salientam que o vínculo entre o partidarismo parental e a identificação partidária foi diminuindo desde o final da década de 1970, devido à progressiva relevância da ideologia.

Para os autores, os indivíduos tendem a desenvolver sua identificação partidária a partir da opinião de seus pais durante a pré-adolescência e a adolescência e, uma vez que essa identificação estivesse formada, seria resistente à mudanças (ABRAMOWITZ & SAUNDERS, 1998). Entretanto, eles observam que isso foi se modificando, já que, a partir da crescente polarização partidária na era Reagan² e pós-Reagan, o público tornou-se mais inclinado a se posicionar a partir de suas próprias preferências políticas. Como consequência, a maioria dos brancos conservadores que foram criados desde a infância como democratas tornaram-se republicanos (ABRAMOWITZ, 2010).

A crescente polarização ideológica dos partidos republicano e democrata, de 1980³ e principalmente de 1992⁴, propiciou que os eleitores pudessem identificar as distinções entre as posições dos partidos políticos e fizessem a seleção de determinado partido com base em sua própria proximidade com o posicionamento ideológico, o desenlace foi um realinhamento ideológico das lealdades partidárias entre o público, reorientação essa que corroborou para a tomada do partido democrata no Congresso em 1992 (ABRAMOWITZ & SAUNDERS, 1998), marcando o término de um período de controle republicano por anos consecutivos, desde 1968⁵.

Sobre o realinhamento político partidário, Matthew Levendusky (2009), em “*The Partisan Sort: How Liberals Became Democrats and Conservatives Became Republicans*”, salienta que houve uma quantidade muito pequena no aumento da polarização de massa em

² O período de mandato de Ronald Reagan foi de 1981 a 1989. Inicialmente foi membro do partido democrata, mas em 1962 mudou para o partido republicano.

³ Eleições entre Ronald Reagan (republicano) e Jimmy Carter (democrata). Candidato eleito: R. Reagan.

⁴ Eleições entre Bill Clinton (democrata) e George W. Bush (republicano). Candidato eleito: B. Clinton.

⁵ Eleições entre Richard Nixon (republicano) e Hubert Humphrey (democrata). Candidato eleito: R. Nixon.

comparativo com o grande grau de polarização de elite, e que a mínima mudança na opinião pública reflete um reagrupamento nos próprios partidos aos quais os sujeitos se identificam. Ele afirma que, nas últimas décadas, as elites políticas norte-americanas se espalharam entre os polos ideológicos, em específico para as extremidades, adentrando a uma parcela de eleitores e causando efeitos mais relevantes na redefinição de como se classificam os partidos.

Para ele, essas categorias divididas trazem como resultado cenários cada vez mais polarizados, em que os líderes políticos definem seus próprios partidos, o que acarreta em eleitores mais leais partidariamente, garantindo que às campanhas políticas concentrem mais atenção na mobilização de indivíduos mais comprometidos, sendo a associação íntima entre partido e ideologia uma modificação intensa, latente e contínua na política norte-americana (LEVENDUSKY, 2009).

Em contrapartida, Morris Fiorina e Samuel Abrams (2008), em “*Political polarization in the American public*”, afirmam que não há indício de que a polarização de massa cresceu nas últimas três décadas⁶ no cenário norte-americano. Eles garantem que as posições dos indivíduos sobre problemas relacionados às políticas públicas demonstram pouca ou nenhuma indicação de polarização de massa em crescimento nos últimos anos.

Em outra análise, Fiorina, Abrams e Pope (2006) declaram que a maior parte dos estadunidenses seguem em acordo opinativo em relação ao seu posicionamento político e social, sendo moderados e tolerantes, e que suas principais inquietações são a respeito de liderança e segurança, e não a valores morais. O estudo é pautado em dados eleitorais em conjunção com pesquisas públicas, os autores alegam de forma incisiva a não existência de um país dividido.

Fiorina e Abrams (2008) identificaram que os meios de comunicação começaram a voltar sua atenção para o conceito de polarização de massa por volta de 1990, mas que ganhou maior visibilidade midiática nas eleições presidenciais do ano 2000, entre George W. Bush, do partido republicano, e Al Gore, do partido democrata, quando comentaristas políticos criaram uma representação visual para a polarização, o vermelho e azul dos EUA passou a ser mostrado como um divisor entre os estados.

Nas eleições presidenciais de 2008, a polarização de massa ganhou ainda mais atenção da mídia na disputa entre Barack Obama, do partido democrata, e John McCain, do partido republicano (FIORINA & ABRAMS, 2008). Conforme aconteceram as eleições, os estadunidenses continuaram se dividindo em dois lados distintos: os ortodoxos, que defendiam

⁶ As últimas décadas referem-se aproximadamente ao período de tempo entre 1980 a 2008.

ideais tradicionais baseados na religiosidade, e os progressistas, que apoiavam o avanço, a modernidade e relativizavam a moralidade e os costumes (HUNTER, 1991).

Para esses autores, o processo de polarização pode ocorrer se um determinado público passa de um estado de igualdade de opiniões e pensamentos para o estado oposto. Fiorina e Abrams (2008) alegam que, nos EUA, há aproximadamente uma geração⁷ atrás, três quartos da população consentiam que o comportamento homossexual “é sempre errado”, sendo algo de acordo coletivo na opinião pública, todavia esse posicionamento começou a decair a partir de 1990, e os autores acreditam que em aproximadamente 20 anos⁸ a opinião pública sobre a homossexualidade atingirá um ponto médio, tendo em vista que o país vem modificando sua posição de rejeição pública da homossexualidade para um posicionamento de aceitação.

Entretanto, para esses mesmos pesquisadores, essa mudança opinativa sobre a homossexualidade não teria nenhuma associação com a polarização ideológica, mas seriam modificações naturais nas próprias visões morais e de mundo entre os indivíduos, o público só seria polarizado caso parte dos norte-americanos se tornassem menos tolerantes com os homossexuais e outros se tornassem mais (FIORINA & ABRAMS, 2008).

Em contraposição, Seth Hill e Chris Tausanovitch (2015), em “*A disconnect in representation? Comparison of trends in congressional and public polarization*”, afirmam que os estadunidenses estão se tornando mais liberais a respeito dos direitos dos homossexuais e também se inclinam nessa direção sobre outras questões sociais, sendo indício de uma modificação ideológica para a esquerda. Para os autores, os indivíduos possuem suas próprias ideologias e elas dão base aos seus posicionamentos políticos e sociais. É considerado que um conjunto de atitudes ou crenças individuais não se dissociam da população, bem como a extremidade delas.

Analisando as estatísticas relacionadas às definições de polarização, esses mesmos autores percebem que o público não se polarizou em suas opiniões políticas entre 1956 a 2012, mas que as visões individuais relacionadas à política mantiveram uma distribuição relativamente estável no decorrer do tempo, com modificações na classificação do eleitorado em relação aos partidos representativos, sendo eles melhores correspondentes de seu partido agora do que há 60 ou 30 anos atrás⁹ (HILL & TAUSANOVITCH, 2015).

Seus resultados indicaram total inconsistência com a ideia de uma polarização mais ampla em ocorrência no país, seus dados sugerem que, relacionado às questões políticas, as

⁷ A geração passada, para Fiorina e Abrams, é relativa ao período de 1970.

⁸ Por volta de 2028.

⁹ Período entre 1950-1980.

ideologias mais gerais que representam os estadunidenses se inclinam a não estar mais distantes uns dos outros na atualidade¹⁰ do que eram na década de 1950, mostrando um não afastamento das questões referentes ao governo e à política (HILL & TAUSANOVITCH, 2015).

Em diálogo, a pesquisa de Griffin & Jonge (2015) investiga a associação entre privação, polarização e protesto, entre diversos países, baseando-se nos efeitos da desigualdade de renda sobre a polarização e também sobre as possíveis implicações da polarização sobre o protesto político. Como resultado, os autores observaram que altos níveis de desigualdade econômica podem criar indivíduos com opiniões mais polarizadas, no entanto isso não acarreta no aumento de protestos ou manifestações públicas. Contudo ainda não se pode afirmar sobre um processo de polarização política na pesquisa, visto que os grupos ideológicos são mínimos e não se mantêm constantes ao longo do estudo, sendo a hipótese de polarização não confirmada (BORBA; RIBEIRO; AYRES, 2018).

É relevante, também, mostrarmos aqui alguns apontamentos, tanto positivos quanto negativos, identificados pela literatura sobre o posicionamento ideológico e suas influências sobre a sociedade e o sistema político. Em “*Historical polarization and representation in South America party systems*”, Simon Bornschieer (2019) salienta que, embora a polarização ideológica possa gerar dificuldades para a estabilidade da democracia e a governabilidade política, ela também pode ocasionar efeitos benéficos para o sistema democrático.

Para o autor, a polarização acarreta em um intenso vínculo entre eleitor e partido e, a partir disso, influencia nos mecanismos de responsabilização que obrigam os partidos a se manterem responsivos à gradual mudança nas preferências do eleitorado. Alegando que a moderação ideológica auxilia na sobrevivência das democracias formais, mas que causa sérios danos à qualidade da democracia, em seu estudo, ele sugere uma revisão das visões convencionais sobre o processo de polarização ideológica (BORNSCHIER, 2019).

Jennifer McCoy e seus colaboradores (2018) argumentam, contudo, que pode haver uma intensa polarização política e social se espalhando em distintos contextos ao redor do globo, e que pode resultar em consequências diretas e nocivas para o sistema democrático. Analisando além da conceituação habitual de polarização ideológica entre partidos políticos e candidatos, eles oferecem uma conceituação de polarização, evidenciando a natureza relacional e seu uso político instrumental, sendo para eles a polarização um processo pelo qual as distinções de determinada sociedade se organizam cada vez mais em uma única extensão, e os indivíduos assimilam a política em termos de “nós” contra “eles”.

¹⁰ A atualidade, para Hill e Tausanovitch, seria entre 2012 a 2015.

Para esses autores, um dos principais problemas que o processo de polarização pode gerar para o sistema democrático seria o discurso de oposição, que acarretaria em um confronto entre os grupos, sendo a polarização intensificada quando os grandes grupos sociais se mobilizam de forma politicamente ativa, almejando modificações estruturais, institucionais e de poder (MCCOY; RAHMAN & SOMER, 2018).

Tratando em prejuízos ao sistema democrático, é importante salientar a pesquisa de Norris e Inglehart (2018), "*Cultural Blacklist*", em que avaliaram quais foram as táticas utilizadas, nas eleições presidenciais de 2016, por Donald Trump para legitimar sua governança perante o Estado. De acordo com os pesquisadores, o ex-presidente fez uso de retóricas populistas para angariar apoio popular e conseguir se eleger, e desde o início de sua campanha disseminou valores autoritários, que acarretaram em uma política de temor.

Os valores autoritários em conjunto com a oratória estratégica puderam dar vazão ao culto do medo, favorecendo políticas nas quais o Estado poderia restringir minorias sociais, dando poder às forças arbitrarias que influenciaram diretamente a política, a sociedade e a democracia. O sentimento de medo, ameaça e insegurança financeira pode deixar os eleitores mais suscetíveis a candidatos populistas e autoritários, e isto está diretamente relacionado à mudança cultural. Candidatos populistas são capazes de mobilizar eleitores e até mesmo de aumentar os níveis de participação, bem como de ativismo de protesto, conjuntamente podem, a partir de discursos, encorajar atitudes de agressão, violência e intolerância (NORRIS & INGLEHART, 2018).

Acreditamos que o possível processo de polarização política que acometeu os Estados Unidos durante as eleições presidenciais, disputadas por Donald Trump e Hillary Clinton, foi indício de uma nova onda política com tendência para o tradicionalismo e o conservadorismo, que trouxe consigo disparidades ideológicas e um aumento de protestos e manifestações públicas que se espalhou pelo mundo, chegando inclusive no Brasil. Em 2018, Jair Bolsonaro foi o presidente eleito, derrotando Fernando Haddad, e deixando em destaque no país, para além da vitória da direita no espectro político, um contexto de divergência opinativa entre os brasileiros.

Consideramos que as questões associadas aos contextos polarizados sempre possuem significados distintos em diferentes localidades e períodos temporais, e a cada período de tempo determinado, seus resultados terão oscilado, devido às próprias modificações políticas, sociais, econômicas e culturais como um todo, que afetarão o posicionamento ideológico entre os indivíduos e conseqüentemente a opinião pública.

Nesta seção, retornamos à fonte e contexto dos estudos sobre polarização política no intuito de melhor compreender as distintas ideias e teorias desenvolvidas pelos pesquisadores pioneiros do tema. No entanto, avaliamos o sistema político multipartidário brasileiro como algo divergente da política e do governo estadunidense, não temos a intenção de recriar o mesmo modelo de análise entre ambos países, dada a compreensão de que nossas questões sociais, econômicas e culturais são distintas, bem como nosso sistema político como um todo.

2.2 O processo de polarização no contexto nacional

Nesta seção, vamos verificar as perspectivas dos autores nacionais sobre a polarização política. Salientamos que os estudos relativos a um possível processo de polarização ideológica no Brasil são escassos, de toda forma, é necessário avaliar quais são os pontos de concordância entre os pesquisadores sobre esse tema no cenário político nacional.

Em seu estudo, Borges e Vidigal (2018) questionam a existência de polarização política no Brasil, afirmando que há uma certa fragilidade metodológica e teórica nas análises a respeito da polarização entre os principais partidos políticos nacionais¹¹, principalmente no que se refere a essa crescente divisão do eleitorado político em dois conglomerados opostos e polarizados.

Para os autores, a própria estrutura de competição política influencia na força e estabilidade das preferências partidárias e, quando uma competição política é polarizada e os partidos possuem posicionamentos diferentes, aumentam-se as chances do eleitorado identificar-se com as vertentes de um dos partidos em disputa e consecutivamente ampliar suas preferências políticas (BORGES & VIDIGAL, 2018).

Os pesquisadores partem da hipótese de que os sentimentos partidários da população brasileira relativos ao PT e ao PSDB estão ficando mais intensos, e que esses indivíduos podem apresentar tanto sentimentos de simpatia pelo partido que se identificam ideologicamente quanto antipatia com o adversário (BORGES & VIDIGAL, 2018).

Assim, eles esperam que tenha acontecido, entre os anos de 2002 a 2014, um crescimento das diferenças nas atitudes dos eleitores que se identificam com o PT e o PSDB, avaliando se houve de fato o aumento da polarização partidária do eleitorado nesse período (BORGES & VIDIGAL, 2018).

Como resultados, perceberam que as distinções atitudinais entre os eleitores do PT e do PSDB não foram significativas e que o distanciamento ideológico entre os extremados na escala

¹¹ Os principais partidos políticos nacionais, em 2014, foram o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

de partidarismo diminuiu com o decorrer do tempo. Para além, constataram não haver evidências que favoreçam a suposição de que o crescimento do sentimento antipetista entre os brasileiros estaria relacionado ao fortalecimento de uma direita extremista (BORGES & VIDIGAL, 2018).

Dessa forma, Borges e Vidigal (2018) declaram que só se pode comentar a respeito da polarização de massas quando se obtém de fato o aumento do eleitorado posicionado nos extremos ideológicos, juntamente com a diminuição da viabilização eleitoral de candidaturas de políticos vinculados ao centro do espectro ideológico, sendo para eles o suposto fenômeno da polarização do eleitorado no Brasil impossível ao se observar as pesquisas eleitorais até o ano de 2017.

Eles salientam que seus estudos ainda não podem prever o efeito de Jair Bolsonaro¹² sobre a polarização ideológica no país, visto que há instabilidades para afirmar se o voto nesse candidato seria pelo aumento de um eleitorado conservador ou se estaria associado a uma consequência das clivagens entre centro-direita no país, juntamente com a inexistência de uma figura consistente para concorrer nas eleições pelo PSDB (BORGES & VIDIGAL, 2018).

Avaliando esse mesmo tema, Borba, Ribeiro e Ayres (2018) analisam o eleitorado nacional e também não identificam uma divisão opinativa a partir do autoposicionamento ideológico entre os eleitores, nem quando a separação entre os grupos é de acordo com a preferência partidária.¹³

Essa condição seria responsável por distinguir o cidadão em relação às suas atitudes eleitorais, mas não seu comportamento político, dificultando definir um contexto de polarização. Eles afirmam que aparentemente os eleitores determinam sua identificação como petista ou antipetista sem necessariamente ter um conjunto de ideias políticas ou ideológicas estruturadas, mas sim a partir do sentimento de simpatia ou antipatia por determinado partido político (BORBA, RIBEIRO & AYRES, 2018).

Mário Fuks e Pedro Henrique Marques (2020), em *“Afeto ou ideologia: medindo a polarização política no Brasil?”*, alegam que se deve haver precaução ao se pensar sobre a polarização no Brasil, de acordo com eles, ela ocorre apenas no ano de 2018 no país e é bem

¹² Borges e Vidigal (2018) não conseguem prever o efeito de Jair Bolsonaro sobre a política brasileira, porque a pesquisa desenvolveu-se no ano de 2017 e eles avaliaram a política nacional em conjunto com o voto presidencial e polarização de eleitorado entre os anos de 2002 a 2014, no caso, em 2017, identificou-se uma tendência crescente de apoio a Bolsonaro a partir dos brasileiros, mas as eleições presidenciais ocorreram de fato em 2018 e suas consequências sobre uma possível ampliação no processo de polarização ideológica só pode ser analisada após esse período.

¹³ Os autores denominam de clivagem petista versus antipetista

mais afetiva do que ideológica, mostrando-se moderada em sua proporção simbólica e sendo observada em maior parte entre os eleitores da direita, possuindo um vínculo com o personalismo e não ao partidarismo.

Em outra análise, Marques (2020), em “*Dimensão e determinantes do pensamento ideológico entre os brasileiros*”, declara que a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018, por mais que tenha sido influenciada por um discurso ideológico simpaticante da direita no espectro político, também foi acometida pela “superficialidade” da ideologia, especialmente a respeito da proporção econômica.

É perceptível que as pesquisas nacionais que se debruçam sobre o tema da polarização política concordam que ela não esteve em curso no Brasil, com exceção das eleições presidenciais de 2018. Nesta pesquisa, acreditamos que, mesmo que não haja indício resistente de uma polarização presente na opinião pública dos brasileiros até recentemente (BORGES & VIDIGAL, 2018), é relevante analisar o período de 2018 no Brasil a partir do efeito de Jair Bolsonaro, concebendo, desse modo, a polarização como um fenômeno coletivo, oriundo das distinções opinativas entre os grupos e que se dá a partir da fragmentação e das distinções ideológicas entre os indivíduos que participam da política.

Acreditamos que avaliar a hipótese de polarização ideológica seja relevante para os estudos sobre ciência política, uma vez que poderia ser um causador da divisão da opinião pública. Todavia salientamos que teoricamente a polarização só existe quando há concentrações nos extremos ideológicos e menor presença no centro do espectro político, e essa hipótese não se aplica de forma exata ao contexto brasileiro, pelas próprias divergências políticas internas do país, podendo então haver fragilidade dos indicadores.

2.3 O acirramento do confronto político e a orientação ideológica

Nesta seção, analisaremos a conjuntura política brasileira, com o objetivo de compreender como o acirramento do confronto político se desdobrou no cenário nacional, bem como suas influências sobre a orientação ideológica individual.

Em relação ao sistema político, pode-se considerar que o partido com maior apego popular no país é o Partido dos Trabalhadores (PT) (CARREIRÃO, 2014). Esse partido surgiu por volta de 1980, formado por militantes de esquerda, artistas e intelectuais; em seus primeiros anos de formação, defendia ideais associados à social-democracia.

No período pós redemocratização¹⁴, no Brasil, as preferências ideológicas do eleitorado nacional ainda eram guiadas pela política conservadora. Nesse contexto, o candidato petista Lula da Silva (PT) se construiu como ator político e foi capaz de realinhar o eleitorado e desenvolver uma nova vertente política, o lulismo (CARREIRÃO, 2014).

As derrotas de Lula nos anos de 1989¹⁵, 1994¹⁶ e 1998¹⁷, em grande parte, se deram a partir de argumentos ideológicos baseados na ameaça comunista. De 1989 a 2002, sua base de apoio era entre eleitores escolarizados que residiam em regiões urbanas e industrializadas, apenas após sua vitória nas eleições presidenciais de 2002, contra José Serra (PSDB), que o partido petista conseguiu angariar o apoio público das massas (SINGER, 2009; 2012).

O programa ideológico do PT estava atrelado ao combate à desigualdade de renda e buscava a mudança social dentro da ordem política estabelecida. A base eleitoral de Lula era uma esquerda política, em um contexto em que os mais pobres se autolocalizam de forma intuitiva para a direita. O processo de “repolarização”, como denominado por André Singer (2012), foi decorrente da substituição da luta entre simpatizantes da direita contra simpatizantes da esquerda, pela luta entre ricos e pobres, esse fenômeno acompanhou a maior parte das disputas eleitorais entre PT e PSDB no Brasil (SINGER, 2012).

Singer (2009) identificou que, nas eleições presidenciais de 2006¹⁸, o realinhamento ideológico mesclou elementos tanto de esquerda quanto de direita, e Lula passou a representar ambos os grupos. O lulismo, ainda que seja representado pelo PT, nesse mesmo ano, conseguiu extrapolar seu partido e ficar diretamente vinculado à imagem de Lula (CARREIRÃO, 2014).

O lulismo passou a enfrentar baixas após a vitória de Dilma Rousseff (PT), nas eleições de 2010, contra José Serra (PSDB). A crise do governo foi marcada pelo desequilíbrio de poder advindo do fim do elo entre Rousseff e o “partido do interior” (SINGER, 2018).

Em 2013, com as jornadas de junho, foi perceptível que a presidenta perdeu grande parte do apoio popular. Singer (2018) afirma que os antigos apoiadores do governo estavam insatisfeitos com a estagnação econômica, agregado aos escândalos da lava jato, bem como da criminalização da imagem de Lula e do PT, esses fatores foram fundamentais para a crise do governo petista (SINGER, 2018).

¹⁴ Referente ao ano de 1985, fim do Regime Militar (1964-1985).

¹⁵ Eleições presidenciais entre Lula (PT) e Fernando Collor do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) - Collor é o candidato eleito (1989-1994).

¹⁶ Eleições presidenciais entre Lula (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) - FHC é o candidato eleito (1994-1998).

¹⁷ Eleições presidenciais entre Lula (PT) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) - FHC é o candidato eleito (1998-2002)

¹⁸ Eleições presidenciais entre Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB) - Lula é o candidato eleito (2006-2008).

Após esse período, Rousseff consegue se reeleger em 2014, em uma acirrada eleição contra Aécio Neves (PSDB), mas em 2016 os protestos e as manifestações conservadoras se intensificam novamente e logo ocorre o seu processo de *impeachment*, articulado pelo seu vice, Michel Temer (MDB), que assumiu a presidência entre 2016 e 2018 (SINGER, 2018).

Em 2016, ao final do mandato de Rousseff, em meio à crise econômica, a tendência conservadora, que já se mostrava latente desde as manifestações de 2013, ganha ainda mais força, o misto de criminalização ao PT, sentimento antipartidário e antipetista marcam a reorientação ideológica dos brasileiros nesse período (SINGER, 2018).

O confronto político foi um processo longo e complexo e mostrou mais uma vez sua face nas eleições presidenciais de 2018, entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (ex-PSL). Após uma eleição acirrada, o PT, que já estava enfraquecido e sem Lula no jogo político, foi derrotado pela direita conservadora (SINGER, 2018).

Nesse momento, vislumbramos, nas eleições presidenciais, não necessariamente um apego aos partidos e o vínculo direto deles com esquerda ou direita no espectro político, mas sim um partidarismo negativo. A partir dos primeiros estudos realizados por Samuels (2004, 2006, 2008), foi identificado o antipetismo como um fenômeno relevante para a compreensão do vínculo entre eleitores e partidos no país.

O antipartidarismo é um fenômeno capaz de gerar inúmeras instabilidades ao partido político vigente e também para a sociedade. O desapego popular acarreta em desafios não apenas para o partido, mas para a democracia como um todo, justamente por preponderar no comportamento político, na participação e no envolvimento dos indivíduos na política nacional (POGUNTKE, 1996).

Conforme Samuels e Zucco (2018), o crescimento do antipartidarismo de 1998 a 2016, passou de 15,7% para 23,9%, tornando o Brasil o país com o maior percentual de antipartidários. Para os autores, no país, o sentimento antipartidário é quase sinônimo de antipetismo.

Entretanto, Paiva e seus colaboradores (2016), demonstram, a partir dos dados do ESEB 2014, que o PT não é alvo exclusivo do sentimento negativo, já que o seu nível de rejeição é similar ao de outros partidos relevantes no contexto político nacional (PAIVA et al., 2016, p. 649).

Em “*A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros*”, Débora Messenberg (2017) argumenta que há uma disseminação de posicionamentos conservadores, não apenas no Brasil, mas presente ao redor do mundo. Para ela, as manifestações do ano de 2013, no país, deixaram em evidência a

participação política de determinados grupos, que há muitos anos não atuavam de modo tão incisivo em protestos.

Thiago Silva (2017), em *“Para além de esquerda e direita: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo”*, afirma que está havendo um espalhamento na opinião pública dos brasileiros, e que isto pode ser um fator determinante para a criação de um contexto em que os princípios progressistas e conservadores se configurem em novos compilados ideológicos, e a divisão entre igualdade e liberdade dê local para a repartição entre extrema-esquerda, centro-esquerda, centro-direita e extrema-direita.

Acredita-se que essa segmentação entre esquerda e direita ocorreria baseada nos posicionamentos ideológicos e no afastamento entre os polos, tendo em vista que a esquerda protegeria ideais associados ao zelo pela igualdade, enquanto a direita se preocuparia em defender e manter princípios tradicionais e conservadores, o que geraria, para além do distanciamento opinativo, tensão e antipatia entre os grupos (SILVA, 2017).

Em relação à definição da ideologia associada a pautas e valores entre esquerda e direita no espectro político, vamos considerar, neste estudo, as definições de Messenberg (2017), que afirma:

Na esquerda, dá-se o primado do igualitarismo sobre os direitos da propriedade e do livre comércio, o racionalismo, o laicismo, a crítica das limitações ético-religiosas, a inexistência de conceitos absolutos de bem e mal, o desprezo à oligarquia, a preservação do meio ambiente e os interesses dos trabalhadores, que devem prevalecer sobre a necessidade de crescimento econômico, o antifascismo e a identificação permanente com as classes inferiores da sociedade. A direita – como aponta Bobbio (1995) – move-se por outros ideais que envolvem: o individualismo, a supremacia da propriedade privada e da livre iniciativa, a intuição, a primazia do sagrado, a valorização da ordem e da tradição, o elogio da nobreza e do heroísmo, a intolerância à diversidade étnica, cultural e sexual, o militarismo e a defesa da segurança nacional, o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental e dos interesses imediatos dos trabalhadores, o anticomunismo e a identificação permanente com as classes superiores da sociedade. (MESSENERG, p. 622-623, 2017).

O posicionamento ideológico possibilita ao cidadão se situar politicamente, aspirando suas inclinações opinativas e se colocando como apoiadores ou não de candidatos políticos.

No entanto, Silva (2017) salienta que as propensões ideológicas e partidárias recorrentes no Brasil normalmente baseiam-se em análises simplórias do contexto político, levando em consideração que a maior parte do eleitorado nacional tende a se posicionar politicamente a partir de vagas imagens políticas vinculadas ao perfil dos candidatos em destaque, sendo a política brasileira ancorada pelos meios de comunicação, o que consequentemente cria um eleitor fraco e mal informado.

Em diálogo, Samuels (2006) afirma que grande parcela da população opta por não prestar atenção na política em si, mas reunir informações de conhecidos considerados politicamente atentos e ativos, indivíduos estes que fazem parte de seu círculo social e cujas concepções confiam e concordam.

É observado que o interesse público oscila de eleição para eleição, alterando-se de acordo com crises políticas e candidatos, sendo as campanhas eleitorais capazes de salientar os sentimentos de afiliação partidária, isso ocorre porque a própria eleição também tem o poder de estimular ou diminuir o interesse político geral (DALTON, R.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. 2002).

Em alinhamento com Silva (2017), consideramos que a ideologia da população não deve apenas ser delimitada pelos valores particulares e morais, já que diversas outras questões podem influenciar no comportamento político individual, sendo elas: as regras determinadas pelo jogo político e de poder, as instituições públicas, os vínculos suscitados pelas elites políticas, a afeição entre atores não governamentais e o apoio a pautas de identificação particular (SILVA, 2017).

Acredita-se que diversas causas podem estimular politicamente os indivíduos e posteriormente seu posicionamento ideológico para as extremidades ou não. A partir disso, compreende-se que os sujeitos atribuem significados às pautas políticas e sociais, visando também suas fontes simbólicas e afetivas (SILVA, 2017). Avaliamos que no Brasil a polarização pode ser decorrente do antipartidarismo, em específico ao sentimento antipetista. Essa hipótese pode ser considerada relevante para as análises sobre a polarização política e deve ser aprofundada em outros estudos, dado que não é o foco deste trabalho.

2.4 Desafios para a mensuração da ideologia

A literatura existente, que aborda a questão da polarização ideológica, além de ser conflitante em suas considerações teóricas como vimos anteriormente, também não dialoga a respeito de qual seria o melhor método de mensuração para a ideologia, isso ocorre porque os estudiosos escolhem perguntas de pesquisa distintas na hora de mensurar esse dado (HILL & TAUSANOVITCH, 2015). Vamos identificar aqui os difusos métodos que os pesquisadores já utilizaram para avaliar o extremismo e, ao fim, iremos apontar qual será o nosso.

As questões de cunho social são capazes de separar ideologicamente os indivíduos, pode-se citar, como exemplo: aborto, direito das mulheres, dos homossexuais, financiamento de artes e afins. Hunter (1991) mostra que essas questões fazem parte do confronto político

ideológico, sendo a guerra cultural da atualidade um profundo realinhamento na própria cultura, que vai para além de aspectos morais e religiosos.

Em diálogo, Fiorina e Abrams (2008) afirmam que, nas últimas décadas¹⁹, ocorreram mudanças nas percepções de mundo, e a maneira mais direta para conseguir mensurar a polarização política é focando nas orientações ideológicas da população e mensurando o posicionamento individual sobre questões específicas, como exemplo: aborto, homossexualidade, descriminalização de drogas, posse de armas e afins (HIMMELFARB, 2001).

Já Brady, Schlozman e Verba (2018), utilizam uma escala de sete pontos para avaliar a dispersão, partindo de “extremamente liberal” até “extremamente conservador”. A partir de uma curva em V, eles observam relação com os extremos, identificando um maior percentual entre os cidadãos politicamente ativos, e os moderados com menor taxa de atividade política. Eles afirmam que a tendência se manteve estável quando foram utilizadas medidas sobre as atitudes relativas à política econômica e ao aborto. Com esses resultados, eles agregam os ideologicamente moderados como mais uma categoria de sub-representados na democracia e reconhecem a contribuição dessa dimensão identitária ao MVC, especialmente no contexto decrescente da polarização (RIBEIRO & BORBA, 2020).

Em direção oposta, Hill e Tausanovitch (2015) salientam que, em um público profundamente dividido, metade dos eleitores possuem uma intensa simpatia por um determinado candidato, enquanto o outro grupo também, mas em relação ao candidato adversário. Eles afirmam que é importante avaliar o conjunto de crenças ou atitudes individuais e observar se elas caminham juntas ou não entre os grupos, incluindo a propensa extremidade entre esses comportamentos, já que eles estão associados a manifestações ideológicas.

Esses autores definem a variável ideologia como contínua e não buscam identificar respostas extremas ou moderadas, mas sim avaliar se a distribuição é dispersa ou não. De acordo com eles, se a ideologia se torna mais vinculada aos partidos políticos, então os indivíduos se classificariam, e com a ocorrência dessa classificação, mas sem haver a divergência entre os sujeitos, o efeito seria apenas composicional; os indivíduos não estariam se espalhando para as extremidades, mas a identificação partidária estaria caminhando de acordo com o posicionamento ideológico particular (HILL & TAUSANOVITCH, 2015).

Trazendo para análise os pesquisadores nacionais, em “*Dimensão e determinantes do pensamento ideológico entre os brasileiros*”, Pedro Henrique Marques (2020) afirma que a

¹⁹ A partir de 1980.

ideologia na maioria das vezes é medida a partir da autolocalização ideológica do indivíduo e tem como referência uma questão específica nos questionários de pesquisa, pedindo que o sujeito se posicione em uma escala que vai da esquerda para a direita no espectro político.

Desse modo, ele cria um indicador de estruturação ideológica das crenças, a partir da autolocalização ideológica e do posicionamento político individual. Seus resultados sugerem que há poucos eleitores que são consistentes de forma ideológica, sendo a maior inconsistência nos autolocalizados para a direita no espectro político, e a maior consistência identificada, de forma parcial, na escolaridade, no interesse por política e na identificação partidária. O autor afirma que se o suposto processo de polarização política em curso for verdade, como parece ser, essa polarização deve ser de natureza afetiva e identitária, mais do que ideológica e pragmática (MARQUES, 2020).

Em *“Polarização e protesto político no Brasil”*, Borba, Ribeiro e Ayres (2018) não identificaram repartição opinativa entre os brasileiros a partir do autoposicionamento ideológico decorrente da preferência partidária. Para eles, a clivagem petista *versus* antipetista distingue o indivíduo somente em relação ao comportamento eleitoral, o que faz com que a definição de um contexto nacional polarizado seja complexa. Seus dados sugerem que os eleitores tendem a ter sua identidade composta sem necessariamente possuir uma base política ou ideológica, mas decorrente do sentimento de gostar ou não de determinado partido em detrimento de outro.

Em consonância, Borges e Vidigal (2018) questionam a existência de polarização política no Brasil, afirmando que há uma certa fragilidade metodológica e teórica nas análises a respeito da polarização entre os principais partidos políticos brasileiros, principalmente no que se refere a essa crescente divisão do eleitorado político em dois conglomerados opostos e polarizados. Dessa forma, eles propõem uma nova medida avaliativa, com objetivo de estimar a intensidade e a força dos sentimentos partidários, sendo para eles a forma mais adequada de averiguar os partidos e a fonte de polarização, tomando-os a partir de suas formas relacionais.

Já Silva (2017), no intuito de investigar em que medida os brasileiros se posicionam na escala ideológica e as distinções de perfis associados a essas vinculações, mensura as fontes afetivas de posicionamento ideológico dos brasileiros, recorrendo a distintos ícones políticos, como grupos e legendas partidárias, os quais, de acordo com ele, são capazes de impulsionar a representatividade simbólica e a fragmentação entre a população nacional, especificamente o sentimento de identificação com os seguintes grupos: sindicatos, associação dos direitos humanos, movimento feminista, grandes corporações empresariais, forças armadas e polícia.

O autor vincula os “sindicatos”, a “associação dos direitos humanos” e o “movimento feminista” ao sentimento de pertencimento com a esquerda no espectro político, e as “grandes corporações empresariais”, “forças armadas” e “polícia” com a direita. Como medidas de controle, ele agregou preditores sociodemográficos que obtiveram significância estatística: política, idade, classe social e religião. Como resultado, ele avalia que, dentre os principais elementos valorativos, apenas a simpatia pela ordem foi capaz de separar as declarações da direita e da esquerda, pois enquanto não tenham altos níveis de escolaridade, sejam especialistas ou membros de elites governantes, os sujeitos pensam e agem de maneira ideológica (SILVA, 2017).

Dessa forma, Silva (2017) afirma que o sentimento ideológico permite que o indivíduo possa se inserir na escala que está de acordo com suas inclinações, mesmo que não saiba expressar. Do mesmo modo, ele consegue se situar em relação a suas preferências políticas a respeito de candidatos e partidos e consequentemente participar de votações. Ele acredita que os sujeitos agregam diferentes significados ao *continuum*, na maior parte das vezes, refletindo aspectos simbólicos e afetivos, vinculando a ideia de pertencimento a determinados grupos sociais (SILVA, 2017).

Outros estudiosos têm salientado uma queda entre ideologia, voto e partidarismo desde o domínio dos governos petistas (SAMUELS, 2004; CARREIRÃO, 2006; CARREIRÃO, 2008). Marques (2020) alega que o PT, ao ascender ao poder, diminuiu sua diferença ideológica em relação ao resto do sistema político partidário, o que consequentemente prejudicou ainda mais o entendimento ideológico da população a respeito da política. Essa conjuntura gera um debate sobre a capacidade dos brasileiros de se distinguirem ideologicamente e de se orientarem politicamente com base em aspectos ideológicos (MARQUES, 2020).

Marques (2020) também argumenta que os indivíduos não compreendem de forma clara o que seria a esquerda e a direita no espectro político, e também sobre a existência de uma abstração relativa ao comportamento orientado de modo ideológico. Dessa maneira, ele afirma que há limitações para o uso do autopoicionamento ideológico como uma variável preditora de comportamento político, bem como para outros pesquisadores da área (REIS, 2000; TELLES & STORNI, 2009).

É perceptível que as ponderações entre os pesquisadores podem entrar em concordância, em determinados momentos, e se complementarem, já em outras ocasiões podem se contrapor totalmente. Trouxemos esse compilado de análises distintas, que revelam uma conjuntura abstrusa, no objetivo de identificar os desafios enfrentados pela literatura na tentativa de mensurar a ideologia. Vale salientar que não utilizaremos todos os métodos testados pelos

autores para avaliar a orientação ideológica, selecionaremos algumas formas de mensuração específicas para serem aplicadas em nossa averiguação.

Avaliamos que o eleitorado nacional não seja um grupo homogêneo, já que determinados grupos se interessam mais por política do que outros, mostrando-se mais sofisticados politicamente. Os sofisticados atuam de forma mais ativa na esfera pública, enquanto que os não sofisticados são desinteressados e se apegam a figuras públicas (OLIVEIRA & TURGEON, 2015).

Consideramos que um indivíduo ideológico tenha um compilado de opiniões políticas estruturadas com sua ideologia (OLIVEIRA & TURGEON, 2015), e mesmo que não possua sofisticação política, a ideologia é útil para o cidadão se posicionar politicamente (IZUMI, 2019).

À luz das estratégias desenvolvidas pelos pesquisadores observados neste trabalho, temos como táticas de mensuração do extremismo ideológico a utilização de mais de uma definição para realizar a comparação, em primeiro momento, vamos usar a variável de autolocalização ideológica, em que se solicita ao entrevistado que ele se situe em uma escala de 1 a 10, no qual 1 é referente à esquerda e 10 é relativo à direita no *continuum* político (MARQUES, 2020).

Em segundo momento, vamos medir a ideologia a partir da divisão da opinião pública sobre temas políticos e sociais, avaliando o posicionamento individual sobre questões associadas a homossexualidade, aborto, direitos humanos e afins (FIORINA e ABRAMS, 2008; HUNTER, 1991; HIMMELFARB, 2001, SILVA, 2017)²⁰. Salientamos que embora haja um amplo conjunto de hipóteses e críticas sobre como mensurar a ideologia no contexto nacional e internacional, esperamos contribuir com os estudos associados a esse tema no Brasil.

²⁰ Não será realizada a recriação de testes dos autores mencionados, mas sim as definições de mensuração da ideologia.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, utilizamos materiais fornecidos pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), um projeto de pesquisa cujo objetivo é medir valores, convicções, condutas e condições socioeconômicas dos indivíduos, usando amostras probabilísticas nacionais, nas quais são aplicados *surveys* com perguntas comuns a todo território (LAPOP, Vanderbilt University).

O LAPOP realiza suas pesquisas de forma periódica; desde o ano de 2004, o Brasil tem sido incluído nas sondagens com regularidade. O projeto inclui diversos grupos demográficos no objetivo de garantir a precisão dos dados, e para assegurar a representatividade são empregues técnicas aleatórias de amostragem (LAPOP, Vanderbilt University).

A rodada de dados que será utilizada, neste estudo, é dos anos de 2014 e 2018 no Brasil, que foi conduzida pela *Vanderbilt University*, em parceria com a Universidade de Brasília. No ano de 2014, a aplicação dos questionários ocorreu entre março e abril do mesmo ano, com uma amostra de 1.500 entrevistados. Em 2018/19²¹, a pesquisa foi realizada entre janeiro e março de 2019, com o número total de 1.498 indivíduos. Nessa rodada, foram utilizados dispositivos portáteis (*SurveyToGo*) para coleta de dados (LAPOP, Vanderbilt University).

Nos dois períodos de análise, as entrevistas foram realizadas de forma presencial e com adultos em idade de votar. As cinco principais regiões geográficas brasileiras compuseram a amostra e, a partir de estratos representativos da população, os participantes foram escolhidos em grupos de 6 entrevistas (LAPOP, Vanderbilt University).

A metodologia envolve o uso de técnicas estatísticas descritivas e bivariadas, conduzidas no ambiente R²². Essa linguagem de programação é gratuita e permite a realização de análises quantitativas, mensuração e visualização de dados.

A avaliação empírica deste estudo foi pautada na seleção de 26 variáveis em comum nos dois bancos de dados. Salientamos que, ao realizar a pesquisa utilizando mais de uma base, nem sempre as variáveis selecionadas se repetem. Em relação à participação política, foi possível analisar apenas uma única questão associada ao ativismo político de protesto disponível nos dois bancos.

Neste capítulo, apresentaremos nossas variáveis de escolha, apontando a recodificação definida para elas, bem como os modelos de análise estatística propostos.

²¹ A pesquisa é referente aos anos de 2018 e 2019 no Brasil; neste estudo, referimo-nos a essa amostra como 2018.

²² Foi utilizado o RStudio, uma interface do R.

3.1 Descrição das variáveis e do modelo de análise

As questões selecionadas para a análise foram separadas em cinco conjuntos. O primeiro grupo é formado pelas variáveis relacionadas à dispersão opinativa sobre temas sensíveis referentes à ideologia; o segundo grupo refere-se às questões associadas aos recursos individuais e coletivos (MVC), o terceiro grupo é constituído por questões relativas a medidas de engajamento subjetivo e redes de recrutamento (MVC); o quarto grupo é formado pelas variáveis associadas ao apoio ao sistema democrático; e o quinto grupo direciona-se ao sentimento de segurança. Os conjuntos serão avaliados separadamente e de forma descritiva.

A variável dependente principal é o protesto, analisado pela questão: “*Nos últimos doze meses, o(a) sr/sra. participou de alguma manifestação ou protesto público?*”. A pergunta foi recodificada para corresponder a uma medida dicotômica com valores 0 e 1, com a condição de protestante “*true*” e não protestante “*false*”.

A variável independente principal é a ideologia, que avaliaremos de duas formas distintas. A primeira é baseada na escala de autoposicionamento ideológico (MARQUES, 2020); a segunda medida de avaliação refere-se à dispersão opinativa sobre temas sensíveis, em que vamos mensurar a ideologia a partir da divisão da opinião pública sobre questões contrastantes (FIORINA & ABRAMS, 2008; HUNTER, 1991; HIMMELFARB, 2001, SILVA, 2017).

Para avaliar a medida categórica da ideologia, utilizamos a autolocalização na escala entre esquerda e direita no *continuum* político, no qual 1 significa esquerda e 10, direita, com a seguinte questão:

Neste cartão há uma escala, de 1 a 10, na qual o número 1 significa “esquerda” e o 10 significa “direita”. Hoje em dia quando se conversa de tendências políticas, fala-se de pessoas que simpatizam mais com a esquerda e de pessoas que simpatizam mais com a direita. De acordo com o sentido político, o que os termos “esquerda” e “direita” têm para o(a) sr/sra, onde o(a) sr/sra. se situa nesta escala? (LAPOP, 2014; 2019).

Em primeiro momento, recodificamos a escala como: “Extrema esquerda” (1; 2), “Esquerda” (3; 4), “Centro” (5; 6), “Direita” (7; 8), e “Extrema direita” (9; 10). Essa definição foi realizada no objetivo de verificar a distribuição do extremismo ideológico.

Em segundo momento, avaliamos a ideologia a partir da distância opinativa sobre temas sensíveis, com o uso das seguintes questões:

Quadro 1 – Variáveis selecionadas para avaliar a ideologia a partir da dispersão opinativa

Variáveis - Temas Sensíveis	Codificação Original
D6. O quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?	Este novo cartão tem uma escala de 10 pontos, que vai de 1 a 10, sendo que o 1 indica que o(a) sr./sra. desaprova fortemente e o 10 indica que aprova fortemente. Vou ler uma lista de algumas ações ou coisas que as pessoas podem fazer para atingir suas metas e objetivos políticos. Quero que me diga o quanto o(a) sr./sra. aprovaria ou desaprovaria as seguintes ações:
ROS4. O Estado brasileiro deve implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?	Agora, vamos usar um cartão em que o ponto 1 representa “discorda muito” e o ponto 7 representa “concorda muito”. Um número entre 1 e 7, representa uma pontuação intermediária.
VB50. Alguns dizem que, em geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres. O(A) sr./sra concorda muito, concorda, discorda, ou discorda muito?	(1) Concorda muito (2) Concorda (3) Discorda (4) Discorda muito
W14A. E agora, pensando em outros assuntos. O(A) sr./sra acredita que se justifica a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo?	(1) Sim, se justifica (2) Não, não se justifica

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Em relação ao direito dos homossexuais de se casarem, definimos a categoria da seguinte forma: “Direita – Desaprova Fortemente” (1; 2; 3; 4; 5), e “Esquerda – Aprova Fortemente” (6; 7; 8; 9; 10). Sobre a desigualdade de renda entre ricos e pobres, recodificamos a variável como: “Direita - Discorda muito” (1; 2; 3), e “Esquerda - Concorda muito” (4; 5; 6; 7).

A respeito da questão sobre líder político e gênero, definimos a distribuição como: “Direita – Discorda” (1; 2) e “Esquerda – Concorda” (3; 4). Por fim, sobre a interrupção da gravidez quando a mulher se encontra em perigo, mantivemos a codificação original e classificamos como: “Esquerda - sim, o aborto se justifica” (1), e “Direita - não, não se justifica” (0).

A partir do Modelo de Voluntarismo Cívico (MVC) e da Estrutura de Oportunidade Política (EOP), selecionamos questões referentes aos recursos individuais e coletivos, medidas de engajamento subjetivo e redes de recrutamento, como variáveis de controle em nossos modelos de avaliação entre protesto e ideologia (BRADY, SCHLOZMAN e VERBA, 1995; TARROW, 2009).

As variáveis relacionadas ao MVC e a EOP são sexo, idade, escolaridade, interesse por política, renda, raça, participação em associações comunitárias, associativismo, conteúdos de sites de redes sociais, notícias de jornais, informações políticas, conteúdo de entretenimento e uso de sites de redes sociais (HANSEN, 2019).

Vamos utilizar as variáveis separadas em três grupos, sendo o primeiro referente aos recursos individuais e coletivos, com as variáveis: sexo, estado civil, raça, escolaridade, renda familiar, estabilidade de renda e situação econômica pessoal; o segundo grupo relativo a medidas de engajamento subjetivo, que inclui as questões: idade dos entrevistados e interesse em política; o terceiro grupo refere-se a redes de recrutamento, que consistem nas variáveis: reuniões em organizações religiosas, reuniões de pais e mestres, reuniões de bairro e reuniões de algum partido ou movimento político²³ (RIBEIRO; BORBA; FUKS, 2022).

O primeiro grupo de questões são associadas aos recursos individuais e coletivos, disponíveis no quadro a seguir:

Quadro 2 – Modelo de Voluntarismo Cívico (MVC): variáveis relacionadas aos recursos individuais e coletivos

Variáveis - Recursos individuais e coletivos	Codificação Original
Q1.Sexo	(1) Homem (2) Mulher
Q11N.Qual o seu estado civil?	(1) Solteiro (2) Casado (3) Mora junto (casado na prática mas não no papel) (4) Divorciado (5) Separado (6) Viúvo (7) União Civil
ETID. O(A) sr./sra. se considera uma pessoa branca, negra, parda, indígena ou amarela?	(1) Branca (3) Indígena (4) Negro (Preta) (5) Pardo (1506) Amarela (7) Outra
ED. Qual foi o último ano ou série da escola que o(a) sr./sra. concluiu com aprovação? ____ Ano do _____ (primário, secundário, universidade, superior não-universitário) = _____ total de anos	(0) – 0 Nenhum (1) 1 ano 1º série do primário (2º ano no sistema novo/Ensino Fundamental) (2) 2 anos 2º série do primário (3º ano no sistema novo/Ensino Fundamental) (3) 3 anos 3º série do primário (4º ano no sistema novo/Ensino Fundamental) (4) 4 anos 4º série do primário (5º ano no sistema novo/Ensino Fundamental) (5) 5 anos 5º série do ginásio (6º ano no sistema novo/Ensino Fundamental) (6) 6 anos 6º série do ginásio (7º ano no sistema novo/Ensino Fundamental) (7) 7 anos 7º série do ginásio (8º ano no sistema novo/Ensino Fundamental) (8) 8 anos 8º série do ginásio (9º ano no sistema novo/Ensino Fundamental) (9) 9 anos 1º ano do colegial/ Ensino Médio (10) 10 anos 2º ano do colegial/ Ensino Médio (11) 11 anos 3º ano do colegial/ Ensino Médio (12) 12 anos 1º ano da universidade /superior não universitário (13) 13 anos 2º ano da universidade

²³ Não foram inseridas todas as variáveis associadas ao MVC, visto que não estavam disponíveis nos dois bancos de dados analisados.

	/superior não universitário (14) 14 anos 3° ano da universidade /superior não universitário (15) 15 anos 4° ano da universidade /superior não universitário (16) 16 anos 5° ano da universidade (17) 17 anos 6° ano da universidade ou mais
Q10NEW. Em qual das seguintes categorias se encontra a renda familiar mensal dessa casa, incluindo as remessas do exterior e a renda de todos os adultos e filhos que trabalham?	(00) Sem renda (01) Até R\$400 (02) De R\$400 até R\$700 (03) De R\$701 até R\$900 (04) De R\$901 até R\$1000 (05) De R\$1001 até R\$1100 (06) De R\$1101 até R\$1200 (07) De R\$1201 até R\$1300 (08) De R\$1301 até R\$1500 (09) De R\$1501 até R\$1700 (10) De R\$1701 até R\$2000 (11) De R\$2001 até R\$2200 (12) De R\$2201 até R\$2500 (13) De R\$2501 até R\$2900 (14) De R\$2901 até R\$3700 (15) De R\$3701 até R\$5600 (16) Mais de R\$5600
Q10E. Nos últimos dois anos, o salário ou renda de sua casa:	(1) Aumentou? (2) Ficou igual? (3) Diminuiu?
IDIO2.O(A) sr./sra. acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que a de há doze meses?	(1) Melhor (2) Igual (3) Pior

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Sobre as questões relativas a sexo²⁴, estado civil, raça, estabilidade de renda, e estabilidade econômica do entrevistado, mantivemos a codificação original. Em relação ao grau de escolaridade, a variável foi recodificada em três faixas, da seguinte forma: “Primário” (1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8) – 2° ano do ensino fundamental ao 9° ano do ensino fundamental; “Secundário” (9; 10; 11) – 1° ano do Ensino Médio ao 3° ano do Ensino Médio; “Universidade” (12; 13; 14; 15; 16; 17) – Universidade ou Superior não universitário.

Sobre a renda familiar mensal do entrevistado, recodificamos a distribuição também em três faixas, como: “Renda baixa” (0; 1; 2; 3; 4; 5; 6), de sem renda a R\$1.200; “Renda média” (7; 8; 9; 10; 11), de R\$1.201 a R\$2.200; “Renda alta” (12; 13; 14; 15; 16), de R\$2.201 a mais de R\$5.600.

O segundo grupo de questões relacionados ao MVC referem-se a questões associadas a medidas de engajamento subjetivo e redes de recrutamento, apontadas no quadro a seguir:

²⁴ Feminino = 0, Masculino = 1.

Quadro 3 – Modelo de Voluntarismo Cívico (MVC): variáveis relacionadas a medidas de engajamento subjetivo e redes de recrutamento

Variáveis - Engajamento cívico e redes de recrutamento	Codificação Original
Q2Y. Em que ano o(a) sr./sra. nasceu? _____ ano Q2. Quantos anos o(a) sr./sra. tem? _____ anos	Pergunta aberta
POL1. O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política:	(1) Muito (2) Algo (3) Pouco (4) Nada
CP6. Reuniões de alguma organização religiosa? Assiste	(1) uma ou duas vezes ao mês (2) uma ou duas vezes ao ano (3) nunca
CP7. Reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio? Assiste	(1) uma ou duas vezes ao mês, (2) uma ou duas vezes ao ano (3) nunca
CP8. Reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade? Assiste	(1) uma ou duas vezes ao mês, (2) uma ou duas vezes ao ano (3) nunca
CP13. Reuniões de um partido ou movimento político? Assiste	(1) uma ou duas vezes ao mês, (2) uma ou duas vezes ao ano (3) nunca

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Em relação a variável idade, os bancos de dados possuíam perguntas distintas na hora da aplicação. No questionário de 2014, a pergunta era sobre qual o ano de nascimento do entrevistado, enquanto, no questionário de 2018, a pergunta foi sobre os anos de vida, dessa forma, definimos a idade em três faixas, em 2014, a primeira faixa foi entre os nascidos de 1998 a 1984, a segunda entre 1983 a 1964 e a terceira entre 1963 a 1925. Desse modo, a codificação entre ambos os bancos ficou com o primeiro grupo entre 16 a 30 anos, o segundo com 31 a 50 e o terceiro com mais de 50 anos (RIBEIRO; BORBA; FUCKS, 2022).

Para as questões referentes a interesse em política, participação em reuniões de alguma organização religiosa, associação de pais e mestres, associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade e reuniões de um partido ou movimento político, mantivemos a codificação original.

De acordo com alguns estudiosos (KAASE et al., 1979), o descontentamento e a insatisfação com o governo também podem ser variáveis relevantes ao analisar o protesto público. A partir dos estudos que afirmam que o Estado é fundamental para a Estrutura de Oportunidade Política por influenciarem na ação coletiva (SILVA, 2020), selecionamos um

grupo de questões associadas às instituições políticas e o sentimento de satisfação com a democracia e o governo, como segue no quadro a seguir:

Quadro 4 – Variáveis relacionadas ao apoio ao sistema democrático

Variáveis – Apoio à Democracia	Codificação Original
B2. Até que ponto o(a) sr./sra. tem respeito pelas instituições políticas do Brasil?	Este cartão contém uma escala de 1 a 7 pontos, onde 1 significa NADA, e 7 significa MUITO. Por exemplo, se eu perguntasse o quanto o(a) sr./sra gosta de assistir televisão, caso não goste nada, escolheria o valor 1, e se, ao contrário, goste muito de assistir televisão, escolheria o valor 7.
B6. Até que ponto o(a) sr./sra. acha que se deve apoiar o sistema político brasileiro?	Este cartão contém uma escala de 1 a 7 pontos, onde 1 significa NADA, e 7 significa MUITO. Por exemplo, se eu perguntasse o quanto o(a) sr./sra gosta de assistir televisão, caso não goste nada, escolheria o valor 1, e se, ao contrário, goste muito de assistir televisão, escolheria o valor 7.
ING4. Mudando de assunto de novo, a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?	Agora, vamos usar um cartão em que o ponto 1 representa “discorda muito” e o ponto 7 representa “concorda muito”.
PN4. De uma maneira geral, o(a) sr./sra. está muito satisfeito(a), satisfeito(a), insatisfeito(a) ou muito insatisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?	(1) Muito satisfeito(a) (2) Satisfeito(a) (3) Insatisfeito(a) (4) Muito insatisfeito(a)

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Em relação ao respeito pelas instituições políticas do Brasil, em uma escala de 1 a 7 pontos, definimos a distribuição em duas faixas, sendo: (1; 2; 3) “Não tem respeito pelas instituições políticas” e (4; 5; 6; 7) “Respeita as instituições políticas”. Sobre o apoio ao sistema político brasileiro, delimitamos da mesma forma, como: (1; 2; 3) “Não apoia o sistema político” e (4; 5; 6; 7) “Apoia o sistema político”.

Sobre a questão referente à democracia ser melhor do que qualquer outra forma de governo, recodificamos a escala em: (1; 2; 3) “Discorda muito” e (4; 5; 6; 7) “Concorda muito”. Por fim, sobre o sentimento de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil, definimos como: (1; 2) “Satisfeito” e (3; 4) “Insatisfeito”.

De acordo com a literatura estudada anteriormente, vimos que o sentimento de medo, ameaça e insegurança econômica também podem ser controles relevantes para análise sobre a participação política (NORRIS & INGLEHART, 2018), desse modo, inserimos questões relacionadas a esse tema em nossos modelos, disponíveis no próximo quadro:

Quadro 5 – Variáveis relacionadas ao sentimento de segurança

Variáveis – Segurança	Codificação Original
SOCT2. O(A) sr./sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses?	(1) Melhor (2) Igual (3) Pior
AOJ11. Falando do lugar ou bairro onde o(a) sr./sra. vive, e pensando na possibilidade de ser vítima de um assalto ou roubo, o(a) sr./sra. se sente	(1) Muito seguro(a) (2) Pouco seguro(a) (3) Pouco inseguro(a) (4) Muito inseguro(a)
B3. Até que ponto o(a) sr./sra. acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?	Este cartão contém uma escala de 1 a 7 pontos, onde 1 significa NADA, e 7 significa MUITO. Por exemplo, se eu perguntasse o quanto o(a) sr./sra gosta de assistir televisão, caso não goste nada, escolheria o valor 1, e se, ao contrário, goste muito de assistir televisão, escolheria o valor 7.

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Sobre a questão referente à segurança econômica nacional, mantivemos a codificação original. Em relação ao sentimento de segurança no bairro de moradia, definimos como (1; 2) “Seguro” e (3; 4) “Inseguro”, e sobre os direitos básicos do cidadão estarem bem protegidos pelo sistema político brasileiro em uma escala de 1 a 7 pontos, definimos como (1; 2; 3) “Não, não acredita” e (4; 5; 6; 7) “Acredita”.

Acerca das recodificações definidas, a maior parte foram baseadas em estudos de outros pesquisadores, assim como foi citado no corpo do texto, diversas variáveis se mantiveram com a codificação original e as demais foram delimitadas de acordo com as classificações que julgamos apropriadas para o estudo.

Em relação à metodologia escolhida, em primeiro momento, faremos uma análise simples entre as variáveis principais, protesto e as definições da ideologia com a utilização do teste Gamma para verificar a possível associação entre elas.

Este teste normalmente é utilizado em variáveis discretas ordenadas, como é o caso da ideologia avaliada a partir da distribuição na escala de autoposicionamento, utilizaremos esse método para avaliar os dados a partir de uma tabela cruzada, que identifica com que frequência distintas categorias de duas variáveis ocorrem juntas, sendo uma estatística de redução de erro proporcional (AQUINO, 2014; BARBETTA, 2010).

Sobre a avaliação da ideologia a partir da dispersão opinativa sobre temas sensíveis, utilizaremos apenas o qui-quadrado, pois consiste em variáveis recodificadas como dicotômicas (esquerda-direita), sem ordenação. Esse tipo de teste indica se o relacionamento entre as

variáveis é estatisticamente significativo, não fornecendo indicações sobre a direção ou força da associação (AQUINO, 2014).

Em segundo momento, teremos como teste de relação principal modelos de Regressão Logística Binária entre a variável dependente protesto, as independentes associadas às definições de ideologia, em conjunto com as variáveis de controle. Essa técnica de análise estatística normalmente é utilizada para prever a probabilidade de uma variável categórica binária, com base em um conjunto de variáveis preditoras (AQUINO, 2014; WOOLDRIDGE, 2009).

As variáveis binárias ou *dummies* possuem a codificação “0”, que representa a ausência de um atributo ou a não ocorrência de um evento, e “1”, indicando a presença de um atributo ou ocorrência de um evento. Essa definição se encaixa com nossa variável dependente principal, ativismo político de protesto (“0” = não participa; “1” = participa), em que buscamos identificar preditores para explicar a ocorrência desse evento. Com a utilização da regressão logística binária, temos como objetivo determinar o efeito de um grupo de variáveis sobre a probabilidade do protesto público ocorrer (AQUINO, 2014; WOOLDRIDGE, 2009).

4 ATIVISMO POLÍTICO DE PROTESTO E IDEOLOGIA

Este capítulo expõe os resultados obtidos a partir das avaliações empíricas aplicadas na pesquisa. Na primeira seção, mensuramos de formas distintas o preditor principal, ideologia, avaliando de forma descritiva tanto o autopoicionamento ideológico, na escala entre esquerda e direita, quanto na dispersão opinativa individual sobre temas sensíveis, também verificamos a chance de associação entre as variáveis principais protesto e ideologia.

Na segunda seção, apresentamos as regressões logísticas binárias, entre as delimitações ideológicas, a participação contestatória e as variáveis de controle atitudinais e sociodemográficas, no intuito de identificar correspondência estatística em algum ponto dos testes. Na terceira seção, sintetizamos os resultados obtidos e discutimos as relações observadas em diálogo com a literatura anteriormente analisada.

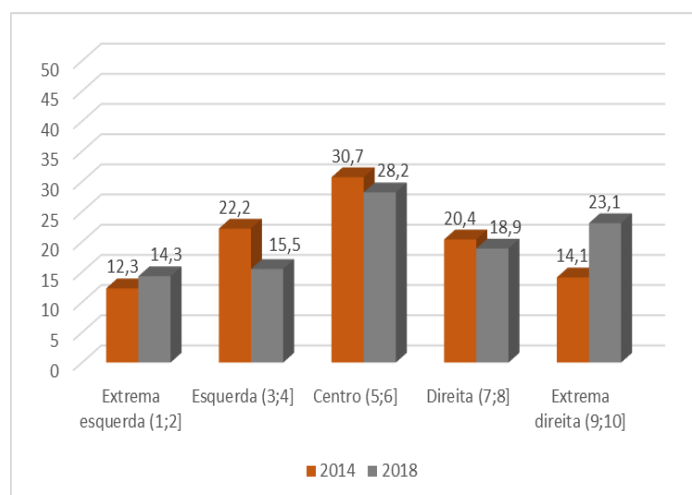
Nosso objetivo, neste capítulo, é avaliar se a ideologia medida pela escala de autopoicionamento ideológico ou pela opinião sobre temas sensíveis afetam o ativismo político de protesto. Para além disso, verificar se essa relação se altera nos dois períodos de análise, entre 2014, durante o mandato de Dilma Rousseff, e 2018, no governo de Jair Bolsonaro.

4.1 Análise descritiva da Ideologia

Nesta seção, avaliaremos a ideologia de forma descritiva, no objetivo de verificar tanto a distribuição na escala de autopoicionamento ideológico quanto a dispersão opinativa sobre temas sensíveis. Ao final da análise, verificaremos a associação entre as delimitações de ideologia em relação ao ativismo político de protesto, utilizando o teste Gamma.

A figura, a seguir, aponta a distribuição da escala de extremismo ideológico nos anos de 2014 e 2018, a partir da recodificação da variável ideologia:

Figura 1 – Escala de Extremismo Ideológico (%)

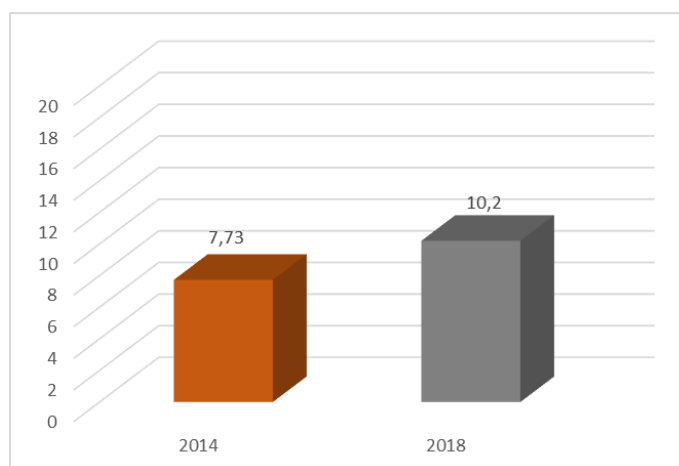


Fonte: LAPOP (2014; 2019).

A classificação aponta que, no ano de 2014, a maior parte dos entrevistados se posicionaram no centro do espectro político (30,7%), seguido dos identificados com a esquerda (22,2%). No ano de 2018, observa-se um cenário diferente, a maior parte dos participantes permaneceram identificados com o centro (28,2%), enquanto a extrema direita se mostrou crescente, esse grupo subiu de 14,1%, em 2014, para 23,1% no ano de 2018.

Em relação à variável dependente principal, o ativismo político de protesto, obtivemos o seguinte resultado:

Figura 2 – Participação em Protestos (%)



Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Em 2014, 7,7% dos entrevistados afirmaram participar de modalidades contestatórias de ação nos últimos 12 meses (2013/2014); em 2018, observa-se a ocorrência de um leve aumento para 10,2% na participação (2018/2019).

Utilizando essa pequena amostra de participantes, fizemos um teste de associação simples (χ^2), no objetivo de avaliar os indivíduos, com base em sua identificação ideológica, que mais participaram de manifestações ou protestos públicos nos anos de 2014 e 2018. A distribuição na escala de autoposicionamento ideológico foi comparada a partir dos períodos de análise selecionados, como segue na tabela:

Tabela 1 – Relação entre a escala de Extremismo ideológico e Participação Política Contestatória (%)

Escala	Participa Extremismo (2014)	Participa Extremismo (2018)
Extrema esquerda (1,2]	14.4	13.6
Esquerda (3,4]	21.6	15
Centro (5,6]	33.3	25.0
Direita (7,8]	26.1	17.8
Extrema direita (9,10]	4.5	28
x-squared =	10.6	2.46
df =	4	4
p-value =	0.03	0.65

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

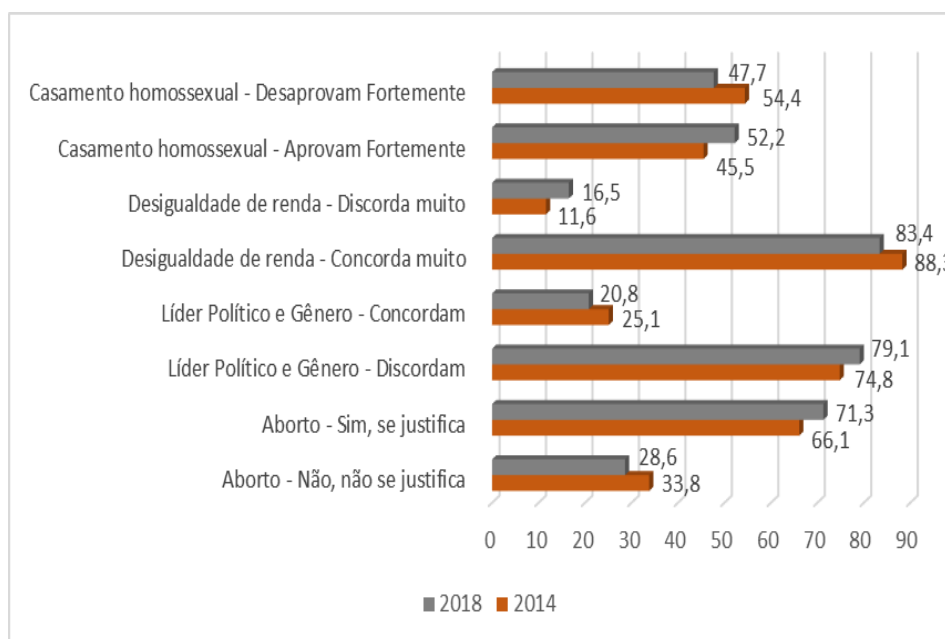
A partir desses resultados, em relação ao extremismo ideológico, é perceptível que, no ano de 2014, a maior parte dos entrevistados que participaram de protestos públicos estavam identificados com o centro (33,3%), seguido da direita (26,1%). Em relação ao extremismo, no ano de 2018, essa condição é revertida, e os indivíduos que mais participaram de protestos ou manifestações públicas estavam identificados com a extrema direita (28%), seguido do centro (25,03%).

Na tabela, a primeira informação (x-squared) é o valor do qui-quadrado, o (df) indica os graus de liberdade, e o (p-valor) apresenta o nível de significância (AQUINO, 2014). Avaliando o p-valor, observa-se que a hipótese nula não pode ser rejeitada, já que o nível de significância não é igual ou menor que 0.05, isto é, o extremismo ideológico não esteve associado ao ativismo de protesto entre os anos de 2014 e 2018.

²⁵ Gamma (γ).

Neste momento, avaliaremos a ideologia a partir da dispersão opinativa sobre temas sensíveis, disponível na figura a seguir:

Figura 3 – Avaliação da Ideologia a partir da dispersão opinativa (%)



Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Nessa distribuição, consideramos que os indivíduos que se enquadram na direita desaprovam o direito de casamento dos homossexuais, discordam que o Estado deva implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres, concordam com a afirmativa de que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres e acreditam que o aborto não se justifica, mesmo quando a saúde da mãe está em risco (MARQUES, 2020).

Os indivíduos que se encaixam na esquerda, em contraposição, aprovam o direito de casamento dos homossexuais, concordam que o Estado deva implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres, discordam da afirmativa de que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres e acreditam que o aborto se justifica quando a saúde da mãe está em risco (MARQUES, 2020).

Em relação ao ano de 2014, a distribuição demonstrou que a maior parte dos entrevistados (54,4%) desaprovam fortemente o direito dos homossexuais de se casarem, concordam muito (88,3%) que o Estado implemente políticas firmes para a redução da desigualdade de renda entre ricos e pobres, discordam (74,8%) de que os homens são melhores

líderes políticos do que as mulheres e afirmam (66,1%) que o aborto se justifica quando a mãe está em risco.

No ano de 2018, a maior parte dos entrevistados (52,2%) aprovam fortemente o direito dos homossexuais de se casarem, concordam muito (88,4%) que o Estado implemente políticas firmes para a redução da desigualdade de renda entre ricos e pobres, discordam da afirmativa de que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres (79,1%) e afirmam que o aborto se justificaria quando a mãe está em perigo (71,3%).

Esse resultado expõe que a maior parte dos entrevistados, em todas as questões selecionadas, com exceção da opinião sobre os homossexuais (em 2014), possuem um posicionamento opinativo atrelado aos ideais da esquerda no espectro político, mesmo que não se posicionem à esquerda na escala de autoposicionamento ideológico.

Com objetivo de verificar quais grupos ideológicos dessa amostra mais participaram de manifestações ou protestos públicos nos anos de 2014 e 2018, fizemos novamente o teste qui-quadrado em cada uma das variáveis selecionadas para analisar o possível relacionamento com o protesto, como segue na tabela:

Tabela 2 – Relação entre a Ideologia baseada em Temas Sensíveis e Participação Política Contestatória (%)

Escala	Participa (2014)	Participa (2018)	Relacionamento (2014/2018)
Direito dos homossexuais Desaprovam fortemente (Direita)	38,7	38,3	2014 x-squared = 11.7 df = 1 p-valor = 0.0006
Direito dos homossexuais Aprovam fortemente (Esquerda)	61,2	61,6	2018 x-squared = 5.73 df = 1 p-valor = 0.01
Desigualdade de renda Discorda muito (Direita)	8,8	9,4	2014 x-squared = 0.68 df = 1 p-valor = 0.40
Desigualdade de renda Concorda muito (Esquerda)	91,1	87,4	2018 x-squared = 5.13 df = 1 p-valor = 0.02
Líder Político e Gênero Concorda (Direita)	17,2	20,1	2014 x-squared = 3.79 df = 1 p-valor = 0.05

Líder Político e Gênero Discorda (Esquerda)	82,7	79,8	2018 x-squared = 0.02 df = 1 p-valor = 0.88
Aborto Sim (Esquerda)	74,7	79,7	2014 x-squared = 3.64 df = 1 p-valor = 0.05
Aborto Não (Direita)	25,2	20,2	2018 x-squared = 5.25 df = 1 p-valor = 0.02

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

A partir desses resultados, observamos, nos dois períodos analisados (2014-2018), que os entrevistados que aprovam o direito de casamento dos homossexuais, concordam muito com a implementação de políticas firmes pelo Estado para reduzir a desigualdade de renda, discordam da afirmativa de que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres e acreditam que o aborto se justifica em caso de risco, são os que mais participaram da política a partir de formas contestatórias de ação.

Esse resultado indica que os ideologicamente vinculados à esquerda são os que mais tendem a protestar. Essa conclusão dialoga com a literatura que afirma que indivíduos identificados com a esquerda têm mais chances de atuarem de forma ativa na política (POWELL, 1982; DALTON & SICKLE, 2005; RIBEIRO & BORBA, 2015; 2020).

Entretanto, salientamos que, por mais que os entrevistados dessa amostra tenham opiniões atreladas aos ideais da esquerda, eles não se posicionam claramente dessa forma, mas sim se autolocalizando ideologicamente no centro ou na direita do espectro político.

Em relação ao nível de significância estatística, observa-se que, no ano de 2014, a opinião sobre o direito dos homossexuais, líder político, gênero e aborto apresentaram associação estatística com a participação em protestos públicos, já que o p-valor foi igual ou menor que 0.05, justificando a rejeição da hipótese nula. No ano de 2018, a opinião sobre o direito dos homossexuais e sobre a desigualdade de renda entre ricos e pobres também indicou relacionamento estatístico com o protesto, já que o p-valor indicou baixa probabilidade de erros de inferência na rejeição da hipótese nula.

A partir da literatura estudada anteriormente, avaliamos que a mensuração da polarização baseada nas orientações ideológicas sobre temas sensíveis (FIORINA & ABRAMS, 2008; HUNTER, 1991; HIMMELFARB, 2001, SILVA, 2017) se mostra

fundamental para analisar o ativismo político de protesto. Todavia, salientamos que esse teste não indica a direção ou a força do relacionamento identificado como significativo, mas apenas se a associação ocorre em termos populacionais. Consideramos que a interpretação dos resultados a partir do qui-quadrado deve ser feita com cautela, visto que a associação estatística não implica no relacionamento causal (AQUINO, 2014). Dessa forma, será necessária a avaliação dessas mesmas variáveis pautadas em outros testes estatísticos.

4.2 Relações entre ativismo político de protesto, ideologia e variáveis atitudinais e sociodemográficas

Nesta seção, apresentaremos nossos modelos de regressão logística binária, avaliando o possível relacionamento entre as delimitações ideológicas, o protesto e as variáveis de controle atitudinais e sociodemográficas.

No teste de associação, cada uma das medidas de ideologia será analisada em tabela separada. A primeira refere-se ao extremismo ideológico na escala de autoposicionamento, e a segunda referente a dispersão opinativa sobre temas sensíveis.

Foram somados aos modelos, a variável dependente principal, o protesto, em companhia dos quatro grupos de variáveis de controle: (1) recursos individuais e coletivos, (2) medidas de engajamento subjetivo e redes de recrutamento, (3) apoio ao sistema democrático e (4) sentimento de segurança. Cada conjunto de variáveis será avaliado com as definições de ideologia e protesto separadamente.

Em primeiro momento, daremos ênfase aos recursos individuais e coletivos, buscando associação entre os três modelos de ideologia com o ativismo político de protesto e com as seguintes variáveis de controle: sexo, estado civil, raça, escolaridade, classe social e renda (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995).

Em relação à análise descritiva desse conjunto, a amostra relativa ao sexo dos entrevistados manteve estabilidade durante a coleta de dados em ambos os períodos analisados, participaram da pesquisa homens (50%) e mulheres (50%). Acerca do estado civil, durante o ano de 2014, a maior parte dos indivíduos da amostra estava casada (40,73%); em 2018, a maior parte estava solteira (38,3%). Sobre a variável raça, durante os dois períodos de coleta, os participantes se autodeclararam pardos, 46,2% em 2014 e 43,9% em 2018.

Acerca da escolaridade foi observado que, no ano de 2014, a maioria dos entrevistados possuía o ensino primário completo (50,4%), enquanto que, no ano de 2018, a maior parte dos

indivíduos possuía o ensino secundário completo (48,2%), indicando que o grau de educação do cidadão brasileiro aumentou entre esses anos.

Foi identificado que, durante o ano de 2014, 37,2% dos entrevistados possuíam uma renda média entre R\$1.201 - R\$2.200; no ano de 2018, esse resultado se altera e a maioria dos indivíduos afirmaram ter uma renda baixa entre R\$400 - R\$1.200, sendo perceptível que a situação econômica individual do brasileiro piorou durante o período analisado.

Sobre a alteração no salário ou renda do entrevistado durante os últimos 2 anos, ambos os grupos afirmaram ter permanecido igual, em 2014, a maioria dos participantes (53,07%) confirmou a estabilidade de renda e, em 2018, também (51,08%). Esse posicionamento se repete sobre a questão referente à situação econômica individual durante o último ano, observa-se que, nos dois períodos analisados, a maior parte da amostra confirmou que sua condição financeira permaneceu igual nos últimos 12 meses.

A partir da regressão logística binária entre essas variáveis de controle, em conjunto com o protesto, e o extremismo ideológico, obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 3 – Relação entre Participação Política Contestatória, Extremismo, e variáveis relacionadas aos Recursos Individuais e Coletivos (MVC)

Preditores	Razão de Chances (2014)	Razão de Chances (2018)
Intercept	0.09*** (0.59)	0.07 (0.53)
Extrema esquerda	Ref.	Ref.
Esquerda	0.65 (0.37)	1.03 (0.34)
Centro	0.75 (0.34)	0.73 (0.31)
Direita	0.93 (0.36)	0.75 (0.33)
Extrema direita	0.34 (0.54)	1.22 (0.31)
Estado civil (Casado)	-0.43** (0.25)	-0.51** (0.24)
Estado civil (Mora junto)	0.54 (0.33)	0.88 (0.25)
Estado civil (Divorciado)	0.72 (0.59)	0.25 (0.75)
Estado civil (Separado)	0.30 (1.05)	0.49 (0.75)

Estado civil (Viúvo)	0.16 (1.04)	0.86 (0.55)
Estado civil (União civil)	0.57 (1.11)	1.53 (0.54)
Raça (Indígena)	2.26 (0.60)	1.43 (0.58)
Raça (Negro)	0.99 (0.36)	0.99 (0.28)
Raça (Pardo)	1.03 (0.25)	0.97 (0.22)
Raça (Amarelo)	2.19 (0.49)	1.28 (1.07)
Escolaridade Secundário	2.48** (0.29)	2.09** (0.24)
Escolaridade Universitário	8.88*** (0.35)	5.42*** (0.30)
Renda Familiar média	1.09 (0.28)	1.06 (0.25)
Renda Familiar alta	0.84 (0.31)	1.52 (0.24)
Renda individual estável	0.85 (0.18)	1.06 (0.14)
Situação econômica estável	0.98 (0.15)	1.05 (0.13)
Observation	311	221
R2 de McFadden	0.12	0.07
Signif. codes:	0 ‘***’ 0.001 ‘**’	0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’
		1

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Na regressão logística binária, os preditores relevantes permanecem no modelo, enquanto que os irrelevantes são retirados, como o relacionamento é linear, não existe relação entre o erro e as variáveis independentes, nem multicolinearidade ideal entre os preditores, dessa forma, a normalidade dos erros e a homogeneidade da variância não são obrigatórias (AQUINO, 2014).

Avaliando a tabela, “Preditores” referem-se às variáveis selecionadas no banco de dados, a primeira linha “Razão de Chances – *Odds Ratios*” indica a estimativa gerada pelo modelo, apontando o exponencial dos coeficientes, a linha abaixo indica a chance de erro padrão. O “*Intercept* – Intercepto” aponta a probabilidade de participação de um indivíduo nas

categorias ideológicas; os outros preditores indicam a estimativa do efeito da ideologia sobre a probabilidade de participação contestatória. O “*R2 de McFadden*” garante informações sobre a qualidade de ajuste do modelo (AQUINO, 2014).

A variável dependente (protesto) é o primeiro argumento, seguido de “~” e das variáveis independentes: extremismo ideológico, sexo, estado civil, raça, escolaridade, renda familiar mensal e situação econômica individual. Os coeficientes indicam a estimativa do efeito dos preditores sociodemográficos sobre o ativismo de protesto.

Observa-se que o extremismo ideológico não apresentou relevância estatística sobre o engajamento em protestos políticos. Todavia, o já conhecido efeito da escolaridade se mostrou estatisticamente significativo e positivo sobre essa modalidade de ação durante os anos de 2014 e 2018, o que indica que os indivíduos com maior grau de escolaridade possuem maiores chances de participarem da política baseando-se em protestos e manifestações públicas.

A partir da função $\exp()$, pode-se identificar que o teste contendo o primeiro modelo ideológico indica que cada avanço na escolaridade durante o ensino secundário, no ano de 2014, eleva em 2.48 a chance de participação não convencional, e cada avanço na escolaridade durante o ensino superior eleva em 8.88. Em 2018, cada avanço na educação durante o ensino secundário pode elevar em 2.09 e cada avanço na escolaridade durante o ensino superior pode elevar em 5.42 a chance de protesto.

Em relação à avaliação da ideologia, a partir de temas sensíveis, aplicamos mais uma vez o mesmo modelo, adicionando as variáveis de orientação ideológica para verificar a possível associação entre elas.

Tabela 4 – Relação entre Ideologia baseada em Temas Sensíveis, Participação Política Contestatória, e variáveis relacionadas aos Recursos Individuais e Coletivos (MVC)

Preditores	Razão de Chances (2014)	Razão de Chances (2018)
Intercept	0.04*** (0.68)	0.049*** (0.55)
Casamento homossexual Aprova Fortemente (Esquerda)	1.14 (0.23)	1.09 (0.20)
Desigualdade de renda Concorda muito (Esquerda)	1.14 (0.35)	1.78 (0.31)
Líder Político e Gênero Discorda	1.43 (0.29)	0.80 (0.24)

(Esquerda)		
Aborto	0.65	0.64
Não, não se justifica	(0.25)	(0.23)
(Direita)		
Estado civil	-0.48**	-0.61*
(Casado)	(0.25)	(0.24)
Estado civil	-0.41*	-1.05*
(Mora junto)	(0.37)	(0.24)
Estado civil	0.52	0.47
(Divorciado)	(0.65)	(0.63)
Estado civil	0.31	0.53
(Separado)	(1.04)	(0.75)
Estado civil	0.18	0.91
(Viúvo)	(1.04)	(0.55)
Estado civil	0.81	1.45
(União civil)	(1.10)	(0.54)
Raça	1.86	1.58
(Indígena)	(0.66)	(0.58)
Raça	1.03	1.13
(Negro)	(0.36)	(0.27)
Raça	1.22	0.93
(Pardo)	(0.26)	(0.22)
Raça	1.90	1.46
(Amarelo)	(0.50)	(1.08)
Escolaridade	2.84***	2.19**
Secundário	(0.28)	(0.24)
Escolaridade	9.15***	5.13***
Universitário	(0.35)	(0.31)
Renda Familiar média	1.09	1.03
	(0.28)	(0.24)
Renda Familiar alta	0.83	1.33
	(0.31)	(0.24)
Renda individual	0.88	1.05
estável	(0.18)	(0.14)
Situação econômica	0.91	0.99
estável	(0.15)	(0.13)
Observation	248	194
R2 de McFadden	0.13	0.07

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Com os resultados obtidos na nova distribuição ideológica, identificamos que a ideologia baseada em temas sensíveis também não apresenta relacionamento estatístico com o ativismo de protesto, e mais uma vez a escolaridade se mostrou relevante nos dois períodos analisados, sendo observado que cada avanço na escolaridade durante o ensino secundário, no ano de 2014, eleva em 2.84 a chance de participação não convencional, e cada avanço na escolaridade durante o ensino superior eleva em 9.15. No ano de 2018, avalia-se que cada avanço na educação durante o ensino secundário eleva em 2.19 a chance de protesto e cada avanço na escolaridade durante o ensino superior eleva em 5.13. Apontamos que a variável educação (MVC) se mostrou estatisticamente significativa e positiva sobre o protesto público em todos os três modelos criados para avaliar a ideologia.

A próxima regressão logística binária baseia-se nas variáveis de controle associadas ao segundo conjunto de questões relativas a medidas de engajamento subjetivo e redes de recrutamento, inspirados no MVC e na EOP, sendo: idade, interesse em política e participação voluntária em diferentes tipos de organizações (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995; TARROW, 2009).

Em relação à idade, identificamos que a maior parte dos entrevistados eram adultos, consistindo em 39% da amostra em ambos os períodos. Sobre o interesse em política, observamos que grande parte afirmou estar desinteressada. A respeito da participação em organizações religiosas e de pais e mestres, nos dois períodos de análise, a maioria afirmou assistir às reuniões. Em reuniões comunitárias e de bairro, os indivíduos participaram mais em 2014, sendo possível identificar uma leve queda em 2018. Em reuniões de partidos ou movimentos políticos, a maior parte dos entrevistados alegaram não participar.

O modelo abaixo inclui o extremismo em conjunto com o protesto e com o segundo grupo de variáveis de controle relacionados ao MVC:

Tabela 5 – Relação entre Participação Política Contestatória, Extremismo e variáveis relacionadas a Medidas de Engajamento Subjetivo e Redes de Recrutamento (MVC)

Preditores	Razão de Chances (2014)	Razão de Chances (2018)
Intercept	36.9*** (0.86)	16.9** (1.02)
Extrema esquerda	Ref.	Ref.
Esquerda	0.72 (0.36)	0.95 (0.51)
Centro	0.86	1.06

	(0.34)	(0.44)
Direita	0.94 (0.35)	0.53 (0.49)
Extrema direita	-0.18** (0.55)	0.86 (0.47)
Idade (Adulto)	-0.52** (0.22)	0.96 (0.31)
Idade (Idoso)	-0.10*** (0.45)	-0.35* (0.47)
Interesse em Política	0.64*** (0.11)	0.49*** (0.13)
Organizações Religiosas (Não assiste)	1.09 (0.08)	1.03 (0.11)
Organizações Escolares (Não assiste)	0.81 (0.11)	1.01 (0.15)
Organizações de bairro (Não assiste)	-0.67** (0.13)	0.69 (0.19)
Organizações de Partidos Políticos	0.59** (0.19)	0.59** (0.16)
Observation	260	837
R2 de McFadden	0.13	0.15
Signif. codes:	0‘***’ 0.001 ‘**’ 0.0	1 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Em relação à tabela, avalia-se que o protesto é o primeiro argumento, seguido do extremismo, abaixo temos: idade, interesse em política e participação em reuniões de organizações sociais. O intercepto indica a probabilidade de participação de um indivíduo com “0” nas questões.

Verificamos que o extremismo ideológico não apresentou relevância estatística sobre o engajamento em protestos políticos. Todavia, o já conhecido efeito do interesse em política e da participação em organizações de partidos políticos se mostraram estatisticamente significativos e positivos sobre essa modalidade de ação durante os anos de 2014 e 2018, o que indica que indivíduos interessados em política e que assistem a reuniões de organizações de partidos políticos possuam maiores chances de participarem da política baseando-se em protestos e manifestações públicas.

O modelo, a seguir, inclui a ideologia, a partir da dispersão opinativa sobre temas sensíveis em conjunto com o protesto e as mesmas variáveis de controle:

Tabela 6 – Relação entre Ideologia baseada em Temas Sensíveis, Participação Política Contestatória e variáveis relacionadas a Medidas de Engajamento Subjetivo e Redes de Recrutamento (MVC)

Preditores	Razão de Chances (2014)	Razão de Chances (2018)
Intercept	18.67** (0.91)	6.43 (0.99)
Casamento homossexual Aprova Fortemente (Esquerda)	1.55. (0.22)	1.00 (0.30)
Desigualdade de renda Concorda muito (Esquerda)	0.85 (0.36)	1.92 (0.47)
Líder Político e Gênero Discorda (Esquerda)	1.84* (0.28)	0.95 (0.35)
Aborto Não, não se justifica (Direita)	-0.56* (0.25)	0.78 (0.34)
Idade (Adulto)	0.48** (0.23)	1.03 (0.31)
Idade (Idoso)	-0.12*** (0.42)	-0.35* (0.47)
Interesse em Política	0.62*** (0.11)	0.52*** (0.13)
Organizações Religiosas (Não assiste)	1.01 (0.08)	0.98 (0.11)
Organizações Escolares (Não assiste)	0.89 (0.12)	1.05 (0.15)
Organizações de bairro (Não assiste)	-0.68** (0.14)	0.70 (0.18)
Organizações de Partidos Políticos	0.57** (0.19)	0.61** (0.16)
Observation	192	829
R2 de McFadden	0.14	0.15
Signif. codes:	0**** 0.001 ‘***’ 0.0	1 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Nesse modelo, é observado que o efeito das variáveis relacionadas à ideologia, baseada em temas sensíveis, não possui consequências estatisticamente significativas sobre o protesto político. Entretanto avalia-se novamente que as variáveis clássicas da literatura – interesse por política e participação em reuniões de organizações de partidos políticos – mostraram-se estatisticamente significativas para explicar a participação política nos anos de 2014 e 2018 no Brasil.

Acerca do conjunto de variáveis de controle associadas ao apoio ao sistema democrático, avaliamos que, no ano de 2014, 61,13% dos entrevistados afirmaram não apoiar o sistema político brasileiro; em 2018, esse número reduz para 45,59% de não apoiadores. Sobre a democracia ser a melhor forma de governo, identificamos que, no ano de 2014, a maior parte dos entrevistados concordaram com a afirmativa (56,53%); em 2018, esse padrão se repete (56,28%). Em relação à satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil, nos dois períodos analisados, os entrevistados estavam insatisfeitos com o sistema democrático, em 2014, 56,53% da amostra; em 2018, 56,28%.

A tabela, a seguir, indica o teste de associação entre o extremismo ideológico em conjunto das variáveis de controle relacionadas ao apoio ao sistema democrático:

Tabela 7 – Relação entre Participação Política Contestatória, Extremismo e variáveis relacionadas ao Apoio ao Sistema Democrático

<i>Preditores</i>	<i>Razão de Chances</i> (2014)	<i>Razão de Chances</i> (2018)
Intercept	0.04*** (0.58)	0.03*** (0.64)
Extrema esquerda	Ref.	Ref.
Esquerda	1.33 (0.53)	0.12 (1.09)
Centro	0.70 (0.58)	1.84 (0.50)
Direita	2.59 (0.53)	1.09 (0.60)
Extrema direita	0.65 (0.74)	1.50 (0.54)
Respeito a instituição (Sim)	0.92 (0.36)	1.38 (0.38)
Apoio ao sistema democrático (Sim)	1.05 (0.37)	0.80 (0.36)

Democracia é o melhor governo (Concordam)	1.45 (0.39)	1.49 (0.40)
Satisfação com a democracia (Insatisfeito)	1.61 (0.37)	1.77 (0.37)
Observation	1051	965
R2 de McFadden	0.04	0.06
Signif. codes:	0 '***' 0.001 '***' 0.	01 '**' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

A partir desses resultados, observa-se que o efeito das variáveis relacionadas ao apoio ao sistema democrático não possui consequências estatisticamente significativas sobre o protesto político, bem como o extremismo ideológico.

A tabela, a seguir, demonstra os resultados da relação entre a avaliação da ideologia a partir de temas sensíveis, com o uso das mesmas variáveis de controle:

Tabela 8 – Relação entre Ideologia baseada em Temas Sensíveis, Participação Política Contestatória e variáveis relacionadas ao Apoio ao Sistema Democrático

Preditores	Razão de Chances (2014)	Razão de Chances (2018)
Intercept	0.02*** (0.67)	0.02*** (0.68)
Casamento homossexual Aprova Fortemente (Esquerda)	1.18 (0.32)	1.35 (0.33)
Desigualdade de renda Concorda muito (Esquerda)	2.01 (0.54)	1.33 (0.43)
Líder Político e Gênero Discorda (Esquerda)	0.98 (0.38)	0.85 (0.40)
Aborto Não, não se justifica (Direita)	0.93 (0.34)	0.92 (0.36)
Respeito a instituição (Sim)	1.17 (0.35)	1.49 (0.38)
Apoio ao sistema democrático (Sim)	1.02 (0.36)	1.07 (0.34)
Democracia é o melhor	1.26	1.47

governo (Concordam)	(0.37)	(0.41)
Satisfação com a democracia (Insatisfeito)	1.64 (0.37)	1.82 (0.36)
Observation	1016	948
R2 de McFadden	0.02	0.02
Signif. codes:	0**** 0.001 ‘***’ 0.0	1 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Verificamos que o efeito das variáveis de controle atreladas ao apoio ao sistema democrático, em conjunto do segundo modelo ideológico, não indica consequências estatisticamente significativas sobre o protesto político.

Acerca do último grupo de variáveis de controle associadas ao sentimento de segurança, avaliamos que a situação econômica do país, em ambos os períodos analisados, manteve-se estável de acordo com a opinião pública, no ano de 2014, em 44,27%; em 2018, em 43,98%. Sobre a segurança no bairro, durante os dois períodos de análise, a maior parte dos entrevistados alegaram se sentir seguros. Em relação aos direitos básicos estarem bem protegidos pelo sistema político brasileiro, tanto no ano de 2014 quanto no ano de 2018 os participantes afirmaram não acreditar que seus direitos estivessem protegidos, em 2014, com 64,9%; em 2018, com 61,82% da amostra.

A tabela, a seguir, indica o teste de associação entre o extremismo ideológico em conjunto com as variáveis de controle relacionadas ao sentimento de segurança:

Tabela 9 – Relação entre Participação Política Contestatória, Extremismo e variáveis relacionadas ao Sentimento de Segurança

<i>Preditores</i>	<i>Razão de Chances</i> (2014)	<i>Razão de Chances</i> (2018)
Intercept	-0.12*** (0.35)	0.16*** (0.31)
Extrema esquerda	Ref.	Ref.
Esquerda	0.88 (0.34)	1.05 (0.32)
Centro	1.01 (0.31)	0.95 (0.29)
Direita	1.33 (0.33)	1.04 (0.32)

Extrema direita	-0.28* (0.52)	1.39 (0.29)
Situação econômica (igual)	0.92 (0.29)	0.82 (0.21)
Situação econômica (pior)	1.05 (0.27)	0.76 (0.23)
Segurança no bairro (Inseguro)	1.14 (0.20)	1.01 (0.17)
Direitos protegidos pelo sistema (Acredita)	-0.49 ** (0.24)	-0.51 ** (0.19)
Observation	270	153
R2 de McFadden	0.03	0.01
Signif. codes:	0**** 0.001 ‘***’	0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’1

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

Avalia-se que não houve relacionamento estatisticamente significativo sobre o protesto público, o que indica que o extremismo ideológico avaliado a partir do autopoicionamento, em conjunto com as variáveis relacionadas ao sentimento de segurança, não estão associadas à participação política contestatória.

Utilizando as mesmas variáveis de controle para avaliar a relação entre o protesto e a ideologia a partir de temas sensíveis, avalia-se que:

Tabela 10 – Relação entre Ideologia baseada em Temas Sensíveis, Participação Política Contestatória e variáveis relacionadas ao Sentimento de Segurança

Preditores	Razão de Chances (2014)	Razão de Chances (2018)
Intercept	-0.04*** (0.48)	-0.10*** (0.36)
Casamento homossexual Aprova Fortemente (Esquerda)	1.96** (0.21)	1.62** (0.18)
Desigualdade de renda Concorda muito (Esquerda)	1.31 (0.34)	1.71 (0.28)
Líder Político e Gênero Discorda (Esquerda)	1.67 (0.27)	0.84 (0.22)
Aborto Não, não se justifica	0.71 (0.23)	0.67 (0.21)

(Direita)		
Situação econômica (igual)	0.98 (0.29)	0.74 (0.21)
Situação econômica (pior)	1.02 (0.28)	0.70 (0.23)
Segurança no bairro (Inseguro)	1.18 (0.20)	1.01 (0.17)
Direitos protegidos pelo sistema (Acredita)	-0.42*** (0.25)	-0.54** (0.19)
Observation	203	123
R2 de McFadden	0.04	0.03
Signif. codes:	0**** 0.001 ‘***’ 0.0	1 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1 ‘ ’ 1

Fonte: LAPOP (2014; 2019).

No ano de 2014, os entrevistados que aprovavam fortemente o casamento entre homossexuais (esquerda) tinham mais chances de participar de atos de protesto naquele mesmo ano, sendo observado que cada avanço na escala de aprovação do casamento homossexual pode elevar em 1.96 a chance de participação desse indivíduo em atos contenciosos. As outras variáveis não indicaram relacionamento com o protesto político.

Os resultados obtidos, nesta investigação, serão analisados de forma mais detalhada na próxima seção, em que iremos sintetizar a discussão e avaliar as associações observadas, em diálogo com a literatura anteriormente averiguada.

4.3 Discussão e síntese dos resultados obtidos

A partir da distribuição da escala de extremismo ideológico, observamos que a maior parte dos entrevistados não se encontram nas extremidades, mas sim no meio da distribuição, esse resultado indica que, a partir da avaliação baseada no autoposicionamento, não houve um contexto de polarização ideológica em nenhum dos períodos analisados no Brasil.

Foi verificado que o extremismo ideológico não possui associação estatística com ações contenciosas, isto é, o extremismo não afeta a probabilidade de envolvimento em manifestações e protestos, dessa forma, a hipótese de cidadãos extremistas estarem mais envolvidos em atos de protesto do que cidadãos moderados não é comprovada.

Acreditamos que, em relação à escala de autoposicionamento ideológico, o cidadão brasileiro não possui um conjunto de ideias políticas ou ideológicas bem estruturadas, mas

esteja se autolocalizando de forma intuitiva para o centro da distribuição. Temos como hipótese que a maior parte dos indivíduos, ao não entender com clareza o que seria a direita e a esquerda no *continuum* político, tendem a apontar um número referente a 5 ou 6 na escala. Os grupos ideologicamente polarizados são minoria da população, posto que a maioria se mostra inconsistente ou se autolocaliza ao centro (MARQUES, 2020).

Consideramos que a avaliação da ideologia, a partir da distribuição na escala de 10 pontos, pode apresentar diversos problemas de pesquisa, como observado por outros autores (MARQUES, 2020). Possivelmente isso ocorre porque a maior parte dos cidadãos não possuem total entendimento sobre preceitos básicos da política, bem como o pleno conhecimento sobre o que seria a esquerda e a direita no espectro político, para se situar de forma objetiva na escala ideológica. Esse fator dificulta o uso desse método de avaliação para analisar o comportamento político.

Em relação à polarização ideológica, a partir da dispersão opinativa sobre temas sensíveis, entendemos, com base na literatura, que ela ocorre se a opinião pública se dividir de forma intensa em relação a temas políticos e sociais fundamentais (SILVA, 2017). Em nossos modelos, não observamos divergência ideológica drástica caminhando para as extremidades, a opinião pública se manteve com uma distribuição normal e estabilizada durante os testes, assim a hipótese de polarização ideológica baseada em temas sensíveis também não pode ser confirmada.

Nessa mesma distribuição opinativa, vimos que, nos dois períodos analisados, a maior parte dos indivíduos que participavam de protestos e ações contestatórias tinham opiniões atreladas aos ideais da esquerda. Esse resultado dialoga com a literatura que afirma que o apoio ao protesto é um comportamento que se associa aos grupos identificados com a esquerda no *continuum* político (POWELL, 1982; DALTON & SICKLE, 2005; RIBEIRO & BORBA, 2015; 2020).

Todavia, observamos que, por mais que os participantes dessa amostra tenham opiniões e posicionamentos atrelados aos ideais da esquerda, eles não se intitulam dessa maneira, mas caminham ideologicamente para o centro ou a direita; não conseguimos afirmar que fatores podem levar a esse resultado, mas possivelmente pode ser a falta de conhecimento básico sobre política, em conjunto com o preconceito sobre a denominação esquerda, por estar associada ao comunismo.

As evidências empíricas indicam uma mudança no perfil dos ativistas e militantes nacionais, nos anos de 2014 e 2018, sendo perceptível que a esquerda, que historicamente

possuía o monopólio das ruas, perde espaço para a direita, que adere aos protestos públicos a partir de 2013 e ganha força nacional com o decorrer dos anos.

Avaliamos que governos com ideais representativos e abertos podem instigar em certa medida a participação política de indivíduos vinculados à esquerda, mesmo que de forma indireta, e regimes associados à direita, com candidatos populistas, também podem ocasionar de certa forma a participação política de grupos vinculados ideologicamente à direita (TARROW, 2009; SILVA, 2020; NORRIS & INGLEHART, 2018).

Em nossos testes, a educação foi estatisticamente significativa e positiva sobre o ativismo político de protesto, quando avaliado em conjunto com as variáveis associadas aos recursos individuais e coletivos relativos ao MVC, em todos os modelos propostos para avaliar a ideologia. A partir disso, afirmamos que os cidadãos com maior grau de escolaridade, nos dois períodos analisados, tinham maiores chances de participarem da política a partir de protestos e manifestações públicas.

Acreditamos que a desigualdade social prejudica no acesso à educação e na obtenção de recursos essenciais entre os indivíduos, esses fatores podem afetar negativamente a participação contestatória, podendo diminuir a atuação dos grupos na política nacional, sendo que as funções da atividade política só podem ser atingidas se a participação for amplamente acessível e alcançada por toda a população (BRADY; SCHLOZMAN; VERBA, 1995).

Variáveis clássicas, como interesse por política e participação em reuniões de organizações de partidos políticos, estão relacionadas a sofisticação política e também se mostraram estatisticamente significativas e positivas sobre o ativismo político de protesto nos dois períodos de análise, em ambos os modelos de avaliação da ideologia.

Consideramos que o ativismo de protesto possui diversos atributos, capazes de tornar os indivíduos melhores, incentivando o interesse por política e estimulando a tolerância e a confiança interpessoal, de modo a promover resultados mais legítimos (NORRIS, 2007). Dessa forma, ponderamos que a participação ativa dos indivíduos na política é essencial para a busca ou manutenção dos direitos, bem como para o governo solucionar os problemas e conflitos sociais.

O ativismo de protesto garante mais oportunidades de ação, e o aumento da participação é benéfico ao sistema democrático (RIBEIRO & BORBA, 2015). As modalidades contenciosas podem aumentar a coação sobre as elites políticas governamentais (DALTON, 2006), sendo o protesto público a busca necessária por direitos.

Consideramos que altos índices de ação contestatória possam significar uma democracia saudável, desde que não esteja associada ao extremismo (POWELL, 1982;

DALTON & SICKLE, 2005; RIBEIRO & BORBA, 2015). A questão que permanece como ameaçadora é a “alienação política” ou a falta de “sofisticação política” (BORBA, GIMENES & RIBEIRO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises de propensos efeitos da polarização política são raras no cenário brasileiro, o que faz com que este estudo seja inédito na agenda de pesquisas nacionais na área de comportamento político. Além da raridade, interessa ressaltar que as ponderações associadas ao processo de polarização no país ainda estão abertas e passíveis de discussão entre os autores nacionais.

O debate a respeito da polarização política foi o que nos levou a criar indagações a respeito do extremismo ideológico, relacionando-o às formas contestatórias de participação. Como vimos, os resultados obtidos, nesta pesquisa, apontam que não houve um processo de polarização ideológica no país entre os anos de 2014 e 2018, bem como o extremismo ideológico não foi um fator explicativo para o aumento dos protestos públicos nesse período, de todo modo, destacamos a relevância de observar fenômenos que possam influenciar positiva ou negativamente na participação política dos indivíduos.

Nossas conclusões dialogam com a literatura que afirma que há um relacionamento positivo entre recursos individuais e modalidades contenciosas de ação (NORRIS, 2002; INGLEHART; CATTERBERG, 2002, DALTON; SICKLE, 2005). Assim como outros autores, consideramos o grau de escolaridade, o interesse por política e a participação em reuniões de organizações políticas como um indicador de “sofisticação política” (CARREIRÃO, 2000), que mostrou consistência ao ser analisado em conjunto com a participação contestatória. Avaliamos que os indivíduos com acesso à educação e interesse na política tendem a ser mais ativos e possuem mais informações sobre a política do que indivíduos com baixa escolaridade (ALMOND & VERBA, 1963).

Acreditamos que as alterações econômicas e sociais que as sociedades experienciam possam influenciar nas orientações individuais e estimular ou reduzir o ativismo político de protesto. A jovem democracia brasileira apresenta altos índices de desigualdade social, e os efeitos da modificação cultural pós-materialista ainda não atingem toda a população (BORBA, GIMENES & RIBEIRO, 2015; RIBEIRO & BORBA, 2015), sendo que a conjunção desses fatores pode afetar negativamente na participação dos indivíduos em ações contenciosas.

Avaliamos que a ausência de efeito da ideologia possa estar relacionada a própria dinâmica social brasileira, na qual os movimentos associados a esquerda no espectro político começam a perder espaço nas ruas a partir de 2013. Com a tomada dos protestos públicos pela direita, a esquerda fica desmobilizada, enquanto que os apoiadores de Jair Bolsonaro tomam o monopólio das ruas.

Confirmamos nossa segunda hipótese de que o conservadorismo deu forças a direita e que atualmente os recursos individuais estejam impactando diretamente na participação individual em protestos públicos, independente da ideologia.

A partir dos nossos resultados, consideramos que as propensões ideológicas dos brasileiros estão amparadas em simples análises da conjuntura política. O processo de avaliar a ideologia nacional, a partir do autoposicionamento ideológico e na dispersão opinativa sobre temas sensíveis, foi uma tarefa árdua e complexa, já que os cidadãos não possuem uma ideologia estruturada e amparada em preceitos políticos.

Aparentemente a opinião pública nacional baseia-se em sentimentos de “gostar” ou “não gostar” de candidatos ou situações políticas, sendo fundada em meios de comunicação, redes sociais, opinião de amigos e grupos religiosos, o que acarreta em um cidadão politicamente fraco (SILVA, 2017; BORBA, RIBEIRO & AYRES, 2018).

Na conjuntura política brasileira, parece que o interesse pela política oscila de eleição para eleição, caminhando junto com os candidatos e situações políticas (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2002), observa-se que os brasileiros agem de acordo com seu pertencimento a determinados grupos sociais e sua opinião pública reflete sentimentos políticos no lugar de um julgamento ideológico bem estruturado (SILVA, 2017).

À luz desta análise, avaliamos que o desenvolvimento de mais pesquisas e averiguações acerca da participação política contestatória, em conjunto com possíveis efeitos ou fenômenos que possam estar relacionados a ela, devem ser consideradas relevantes. Como sugestão para novos estudos ou perspectivas analíticas relacionadas a esse tema, sugerimos a avaliação a partir da binarização do posicionamento, com dois pontos de extremismo e a inserção da variável antipartidarismo, bem como a possibilidade de utilização de outras bases de dados, como ESEB e novas recodificações entre as variáveis.

Esperamos que esta dissertação possa inspirar mais pesquisas atreladas a esse tema de estudo e que nosso debate tenha contribuído de alguma forma para a área de Ciência Política, em específico, Comportamento Político.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWITZ, A.; SAUNDERS, K. Ideological realignment in the US electorate. **The Journal of Politics**, 1998, 60(3):634–652.
- ABRAMOWITZ, A. I. **The Disappearing Center: Engaged Citizens, Polarization, and American Democracy**. New Haven, London: Yale University Press, 2010.
- AQUINO, J. **R para Cientistas Sociais**. Ilhéus BA: EDITUS, 2014. 157p.
- BARBETTA, P. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 8. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.
- BARNES, S.; KAASE, M. **Political Action: mass participation in five western democracies**. Sage, Beverly Hills, 1981.
- BIRKEAD, N.; HERSHEY, M. Assessing the ideological extremism of American party activists. **Party Politics**, XX(X), Volume 25 (edição 4), 2019.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.
- BORBA, J.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, Buenos Aires, n. 5, 2015a. p.13-47.
- BORBA, J.; GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 101, 2015b. p. 27-55.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E. Participação convencional e não convencional na América Latina. **Revista Latino-Americana de Opinión Pública**, Buenos Aires, v. 1, p. 53-76, 2010.
- BORBA, J.; RIBEIRO, E.; e AYRES, C. Polarização e protesto político no Brasil. In: LUCHMANN; BAUMGARTEN (Org.). **Modalidades e trajetórias de participação política no Brasil e em Portugal**. Florianópolis: Insular, 2018. p. 109-147.
- BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, vol. 24, n. 1, 2018. p. 53-89.
- BORNSCHIER, S. Historical polarization and representation in South America party systems. 1900-1990. **British Journal of Political Science**, v. 49, n. 1, 2019. p. 153-179.
- BRUGNAGO, F.; CHAIA, V. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.7, n.21, out.2014-jan.2015. p. 99-129.
- CARREIRÃO, Y. S. **A decisão de voto nas eleições presidenciais no Brasil (1989-1998): A importância do voto por avaliação de desempenho**. Tese apresentada ao Departamento de

Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CARREIRÃO, Y. S. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, 2006. p. 307-339.

_____. Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, 2008. p. 319-351.

_____. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, 2014. p. 255-295.

DALTON, R. Citizenship Norms and Political Participation in America: The Good News Is ... the Bad News Is Wrong, **Center for the Study of Democracy**, University of California, Paper 2006-01, October 2006.

DALTON, R. Political Action, Protest, and the Functioning of Democratic Governance. **Sage Journals**. Volume 66, Issue 4. June 4, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/00027642211021624>>.

DALTON, R.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M. The consequences of partisan dealignment. In: Dalton, R.; Wattenberg, M. (eds.). **Parties without partisans**. Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, p. 37-63, 2002.

DALTON, R.; SICKLE, A. V. “The resource, structural, and cultural bases of protest”. **Center for the Study of Democracy**. Paper 05-11 (August 8, 2005). Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/csd/05-11>>.

DALTON, R.; SICKLE, A.; WELDON, S. The Individual–Institutional Nexus of Protest Behaviour. **Comparative Political Studies**. Cambridge University Press, Vol. 33 No. 6/7, August/September, 2009. p. 912-940.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J. Political polarization in the American public. **Annual Review of Political Science**, v. 11, 2008. p. 563-588.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. J.; POPE, J. C. **Culture war? The myth of a polarized America**. New York: Pearson Education. 2006.

FUKS, M.; MARQUES, P. Afeto ou ideologia: medindo a polarização política no Brasil?. **12º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, (UFPB), 2020.

GURR, T. R. “A causal model of civil strife: a comparative analysis using new indices”. **American Political Science Review**, n° 62, 1968. p. 1104-1124.

GRIFFIN, J.D.; JONGE, C.K. **Income Inequality, Citizen Polarization, and Political Protest**. Mimeo. 2015.

HANSEN, J. Voluntarismo cívico, internet e participação política: às relações das motivações e capacidade com o ambiente online. **43º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu-MG, 2019.

HILL, S. J.; TAUSANOVITCH, C. A disconnect in representation? Comparison of trends in congressional and public polarization. **The Journal of Politics**, vol. 77, n° 4, 2015. p. 1058-1075.

HIMMERFARB, G. **One Nation**, Two Cultures. New York: Vintage Books, 2001.

HOBOLT, S. B.; LEEPER, T.J.; TILLEY, J. Divided by the vote: affective polarization in the wake of the Brexit referendum. **British Journal of Political Science**, v. 51, n. 4, 2021. p. 1476-1493.

HUNTER, J. **Culture Wars: The Struggle to Define America**. New York: Basic Books, 1991.

INGLEHART, R.; **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. "Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline". **International Journal of Comparative Sociology (IJCS)**, vol. 43, n° 3-5, 2002. p. 300-316.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, cultural change and democracy: the human development sequence**. São Paulo: Francis, 2005.

KLEINER, T. Does ideological polarization mobilise citizens?. **European Political Science**, 19, 2020.

IZUMI, M. Y. Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 25, n. 1, jan. 2021. p. 29-62. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0191201925129>>. Acesso em: 25 set. 2023.

LAPOP: Brasil, 2014. Brasil 2014, Version # 15.2.5.1. Vanderbilt University, 2019. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php>>. Acesso em 03 ago. 2023.

LAPOP: Brasil, 2019. O Barómetro das Américas 2018/19 Questionário Brasil Versión # 11.2.7.1. Vanderbilt University, 2019. Disponível em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil.php>>. Acesso em 03 ago. 2023.

LEVENDUSKY, M. The Partisan Sort: How Liberals Became Democrats and Conservatives Became Republicans. **Public Opinion Quarterly**, Volume 74, Issue 4, University of Chicago Press. 2009.

LUPU, N. "Party brands and partisanship: theory with evidence from a survey experiment in Argentina". **American Journal of Political Science**, vol. 57, n° 1, 2013. p. 49-64.

MARQUES, P. Dimensão e determinantes do pensamento ideológico entre os brasileiros. **Agenda Política**, Volume 8, Número 1, São Carlos, 2020, 2020. p. 78-105.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, vol. 1, n. 28, dez. 2011. p. 18-51.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300003>>. Acesso em: 25 set. 2023.

MCCOY, J.; RAHMAN, T.; SOMER, M. Polarization and the global crisis of democracy: Common patterns, dynamics, and pernicious consequences for democratic polities. **American Behavioral Scientist**, vol. 62, n.1, mar. 2018. p. 16-42.

MEDEIROS, M.; NOEL, A. The Forgotten Side of Partisanship: Negative Party Identification in Four Anglo American Democracies. **Comparative Political Studies**, vol. 47, Issue. 7, 2014.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 32, n. 3, set.-dez, 2017. p. 621-648.

MILBRATH, L. **Political Participation**: how and why do people get involved in politics? Rand McNally, Chicago, 1965.

NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. *In*: Boix, C.; Stokes, S. **The oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652. 2007.

NORRIS, P. **Political Activism, Participation, and Identification Friday**. Aug 30, 10:45 AM at the annual meeting of the American Political Science Association, Boston 29th August – 1st September 2002.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and authoritarian populism. New York: Cambridge University, 2018.

OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Opinião Pública**, vol. 21, n. 3, 2015. p. 574-600. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912015213574>>. Acesso em: 25 set. 2023.

OPP, K. D. **Theories of political protest and social movements**: a multidisciplinary introduction, critique, and synthesis. New York: Routledge, 2009.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, 2016. p. 638-674.

POGUNTKE, T. Anti-Party Sentiment—Conceptual Thoughts and Empirical Evidence: Explorations into a Minefield”. **European Journal of Political Research**, vol. 29, 1996. p. 319-344.

POWELL, G. B. **Contemporary democracies**: participation, stability, and violence. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

REIS, F. W. A razão do eleitor. Estudo pretende demonstrar o peso da ideologia nas eleições brasileiras. Folha de S. Paulo, São Paulo, 09 set. 2000. **Jornal de Resenhas**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs0909200003.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2022.

- RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 21, nov. 2003, p. 71-82.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação política, extremismo ideológico e dogmatismo. **Teoria & Pesquisa**, vol. 29, n. 2, 2020.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. **Participação política na América Latina**. Maringá: Eduem, 2015.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Protesto político na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. **Opinião Pública**, vol. 21, n. 1, 2015. p. 188-216.
- RIBEIRO, E.; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 25, n. 3, 2020. p. 531-555.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J.; FUKS, M. Tolerância política e ativismo de protesto no Brasil: efeitos comportamentais do apoio a direitos políticos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, 2022. p. 1-26.
- SAMUELS, D. As bases do petismo. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 10, nº 2, 2004. p. 221-241.
- SAMUELS, D. A evolução do petismo (2002/2008). **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n. 2, 2008. p. 302-318.
- SAMUELS, D. Sources of mass partisanship in Brazil. **Latin American Politics and Society**, vol. 48, nº 1, 2006. p. 1-27.
- SAMUELS, J. D; ZUCCO, C. **Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans Voting Behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SILVA, B, R. **Estrutura de Oportunidades Políticas Revisão e Possibilidades para o Estudo da Participação Política em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Beira Interior, Portugal, 2020.
- SILVA, T. **Para além de esquerda e direita: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo (1989-2014)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Política da UnB. Brasília, 2017.
- SINGER, A. **O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 392p.
- SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos CEBRAP**, 2009, p. 83-102.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e Confronto Político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TELLES, H. S.; STORNI, T. P. Desvios e similitudes: ideologia, atitudes e decisão de voto em eleitores de direita e esquerda. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 33. Anais. Caxambu: [s.n.], 2009. p. 1-25.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 3, p. 133-160, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>. Acesso em: 25 set. 2023.

VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in America: Political democracy and social equality**. New York: Harper and Row, 1972.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. **Unequal and Unrepresented: political inequality and the People's Voice in the New Gilded Age**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. **Voice and Equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

WELZEL, C. **Freedom rising: human empowerment and the contemporary quest for emancipation**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2013. p. 1-87.

WOOLDRIDGE, J. **Introductory Econometrics: A modern Approach**. 4. ed. Michigan State University, chapter 2, The Simple Regression Model 22, 2009.